abc PORTUGAIS - FRANÇAIS

Portuscale

Numº. 237 - Ano / An -10 - 6 de Maio / 6 mai 2023

QUÉBEC | JORNAL COMUNITÁRIO EM PORTUGUÊS | OSBL | COMMUNAUTAIRE EN FRANÇAIS | OSBL | CANADA

De boca cheia de Abril
Andam sempre os mesmos mil
Erguendo alto a sua voz
Mas aos mais novos eu lembro
Que se não fosse o Novembro
Ai do Abril....e ai de nós!

Coronel José Caniné, in "Inquietando"/2000

www.facebook.com/museucombatente.oficial

ONTEM FALOU-SE PORTUGUÊS NO MUNDO

Ver na página 11 o pedido de apoio aos COMANDOS DE PORTUGAL

Visitez le Portugal

Le país du soleil

A Chuva e o Bom Tempo

Julgando um dever cumprir, / sem descer do meu critério /
Digo verdades a rir, / Aos que me mentem a sério.

António Aleixo 1899-1949

Opinião

DIA MUNDIAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

Recuemos no tempo. Pessoa disse: "*Navegar é Preciso".*

E já, os antigos navegadores tinham uma frase gloriosa, que dizia:

"Navegar é preciso, viver não é preciso."

Esta frase:"*Navegar necesse; vivere non est necesse"*- ém latim, é de Pompeu, general romano, 106-48 aC. que a disse aos marinheiros, amedrontados, que recusavam viajar durante a guerra, (*cf. Plutarco, in vida de Pompeu.)*

Ora, no caso dos navegadores portugueses, eles foram inspirados pelo fraseado de Pompeu e pelos feitos gloriosos dos seus antepassados que largados às ondas dos mares nunca dantes navegados, construíram a gloriosa epopeia portuguesa: **Os Descobrimentos.**

Muitos foram os que levados pela aventura e pelo prazer de descobrir novas terras e de conhecer novas gentes, ensinando-as a falar **Português**, se expuseram de modos dramáticos na aproximação desses povos, muitos pagando com a vida as suas boas intenções de partilha de conhecimentos.

Os marinheiros portugueses foram bastante elogiados pelos cidadãos do mundo que elogiavam não só os feitos como também a tal partilha de conhecimentos e de religião. Foi nessa época que se desenvolveu a escravidão que na altura — dirigida pelo Infante D. Henrique — não tinha o mesmo misticismo de raça, como presentemente abusam de invenctivar.

Tivemos já ocasião de publicar na ocasião do aniversário de cessação da prática da escravatura em Portugal, um texto que nos concerne a todos e servirá como justificação a dar às más-línguas que querem prejudicar as nossas explicações sobre o funcionamento em épocas passadas, dessas transferências de África para o Brasil. Duma terra pobre e sem condições, para um território fadado ao desenvolvimento e grandeza no mundo. Brasil.

O povo brasileiro diz ter orgulho em falar Português. Têm por isso, o nosso respeito e consideração. No entanto, por vezes temos dificuldade em compreendê-los. Creio que devido à presença de outras etnias e à forma de falar como se estivessem a dançar o samba, misturam frases que só eles conhecem, deixando-nos mudos a tentar perceber os significados de tais expressões. Bastará ler um livro escrito em Português-Brasileiro para se aperceber das diferenças e das interrogações. Será necessário um grande esforço para que um dia, talvez, consigamos pôr as populações dos países que compõem a CPLP a falarem **PORTUGUES**. Verdadeiro. Sem *Aborto* Ortográfico. Recordamos com prazer e orgulho que a população angolana será, penso, a que melhor escreve, lê e fala o Português. Em nada ficando minimizada ao lado de um coimbrão, lisboeta ou faialense. E salientemos o grupo coral duma cidade japonesa cujo nome me esquece no momento de escrevinhar este apontamento, cujo vídeo possuo e guardo com prazer, que canta o Hino Nacional Português, talvez como muitos portugueses idosos e mais jovens, o não fazem. Bastará ver quantos jogadores da equipa nacional de futebol, o fazem! Igualmente, existe em Macau, um grupo de adolescentes que ocupam tempos livres a cantarem o Hino e canções portuguesas. E, poderemos imaginar as dificuldades que têm de ultrapassar para concretizar ensaios e a obtenção das partituras necessárias.

São os filhos de Portugal, espraiando-se num mar amarelo. Dá gosto ouvi-los.

Não poderei deixar passar a ocasião sem me debruçar sobre a CPLP, considerando o número de países integrantes e o elevado número de países *observadores associados.* Na prática posso dizer que a CPLP é formada por 9 países de *Língua* portuguesa e de 19 observadores….ditos associados. Segundo os Estatutos do organismo têm lugar todos os países de língua portuguesa ou que a possuam como língua segunda.

Aqui estamos agora de boca escancarada a tentar entender aonde a Guiné Equatorial, por exemplo, terá escondido uma língua que deveria ser a única falada no interior de qualquer encontro….Será? A propósito, que Língua é falada nas reuniões da CPLP?

Neste caso proporia o seguinte trabalho de correcção do Português falado e escrito que consistiria na apresentação de um projecto a estabelecer pelos candidatos, sem ajudas de cábulas, durante 4 ou 5 minutos cada apresentador. Como é evidente o tema pode variar, será ou seria, apenas uma maneira de formar gente em **Português** que seria corrigido por um professor ou pelos outros representantes, sobre Português, História e Géo.

O programa é vasto. O importante será desenvolver a aprendizagem da Língua e tornar bilingues quem o não é. O rigor é de norma. Não poderá haver corrupções, mesmo com países corruptos. Como o nosso! A **Língua Portuguesa** é falada por vários milhões de pessoas no mundo. Se com um projecto deste género pudéssemos estendê-la a mais uns quantos, seria um valor acrescentado ao projecto existente da CPLP. E a nossa projecção no mundo graças ao esforço daqueles que se aproximam de Portugal para melhor poderem entrar na Europa.

Creio que nunca poderemos dar melhor colaboração à Europa e a Portugal.

Deste modo, completaríamos o trabalho dos nossos antepassados que navegando sulcaram os mares em todas as direcções.

E não esqueçamos aquele que afirmou: *a minha Pátria é a Língua Portuguesa!*

E que -adaptou a frase de Pompeu ao dizer: ***"Navegar é preciso, viver não é preciso".***

DIA MUNDIAL DA LÍNGUA PORTUGUESA.

Raul Mesquita

Os melhores agradecimentos por esta usagem do gráfico da *Escola Amiga da Criança*

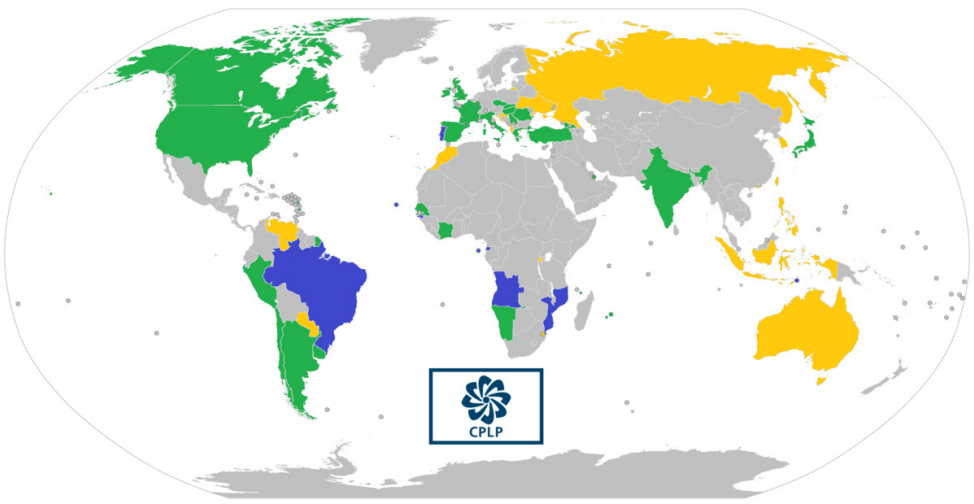
De boca cheia de Abril
Andam sempre os mesmos mil
Erguendo alto a sua voz
Mas aos mais novos eu lembro
Que se não fosse o Novembro
Ai do Abril....e ai de nós!

Coronel José Caniné, in "Inquietando"/2000

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Bandeira



CPLP - Membros e Observadores Associados.png

Sítio oficial

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização internacional formada por países lusófonos, cujo objectivo é o *"aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros"*

A CPLP foi criada em 17 de Julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No ano de 2002, após conquistar independência, Timor-Leste foi acolhido como país integrante. Em 2014, Guiné Equatorial tornou-se o nono membro da organização, apesar da controvérsia gerada em torno dessa adesão. A população dos países membros soma aproximadamente 270 milhões de pessoas.

A CPLP é financiada tanto por meio do orçamento de funcionamento do Secretariado Executivo, custeado por contribuições obrigatórias dos Estados-membros, como pelo Fundo Especial, alimentado por contribuições voluntárias e destinado a custear programas de cooperação, projectos e acções pontuais. A sua sede fica em Lisboa, Portugal, e seu actual secretário executivo é Zacarias da Costa, de Timor-Leste; e Armindo Brito Fernandes, natural de São Tomé e Príncipe, quem actualmente ocupa o cargo de Director-Geral. A organização promove a data de 5 de Maio como Dia da Cultura Lusófona, celebrado em todo o espaço lusófono, e os Jogos da CPLP, evento desportivo que reúne todos os membros da organização.

História

Fundação

Antecederam a criação da CPLP a realização de várias conferências de ministros e, em Novembro de 1989, realizou-se a primeira conferência a reunir chefes de Estado e de Governo dos países de língua oficial portuguesa, na cidade brasileira de São Luís do Maranhão, na qual ocorreu a fundação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Em Fevereiro de 1994 ocorreu uma segunda reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores, que recomendaram a criação de uma Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da lusofonia

IV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, Brasília, 1 de Agosto de 2002.

A CPLP foi criada formalmente em 17 de Julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No ano de 2002, após conquistar independência, Timor-Leste foi acolhido como país integrante durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo realizada em Brasília, Brasil.

Ampliação

Quando a CPLP foi formada, a Guiné Equatorial pediu o estatuto de observador da organização. O país foi uma colónia portuguesa entre os séculos XV e XVIII, tem alguns territórios onde as línguas crioulas baseadas no português são faladas, além de conexões culturais e históricas com São Tomé e Príncipe e Portugal. Além disso, o país recentemente havia cooperado com os Países Africanos de Língua Portuguesa e o Brasil em projectos educacionais. Na cúpula da CPLP de Julho de 2004, em São Tomé e Príncipe, os Estados-membros concordaram em alterar o estatuto da comunidade para aceitar países como observadores associados. No decorrer da VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo realizada em Bissau, Guiné-Bissau, em Julho de 2006, foram admitidos dois observadores associados: a *Guiné Equatorial e Maurícia*. Maurícia era desconhecida dos europeus até a chegada dos portugueses e tem fortes ligações com Moçambique.

Na cimeira de Lisboa, que teve lugar no dia 25 de Julho de 2008, foi a vez da formalização da admissão do Senegal como observador associado.O país tem ligações históricas com o mundo lusófono devido a colonização portuguesa em Casamança. Durante esta cimeira também esteve em discussão a entrada plena da Guiné Equatorial na organização. Em Junho de 2010, a Guiné Equatorial pediu para ser admitida como membro pleno. Na sua oitava cúpula em Luanda, Angola, em Julho de 2010, a CPLP decidiu abrir negociações formais com a **Guiné Equatorial** sobre a sua adesão total à organização.

Em Julho de 2014, durante a cimeira, realizada em Díli, Timor-Leste, a Guiné Equatorial, através de um consenso, foi aceita como membro de pleno direito da CPLP.

Sede Secretariado Executivo da CPLP no Palácio Penafiel, em Lisboa

Em Novembro de 2016 ocorreu a adesão de mais quatro membros associados, durante a Cimeira de Brasília, sendo os novos membros associados desta vez foram a Eslováquia, a Hungria, a Tchéquia e o Uruguai.[A República da Turquia, sendo um dos países com estatuto de mobservador desde 2014; propôs, em 2016, iniciativas de cooperação nas áreas do Ensino Superior, Ciências e Tecnologias e na promoção da Língua Portuguesa, com o intuito de promover futuras oportunidades de cooperação mútua, desejando, assim, potenciar um reforço da aproximação com a comunidade

O Presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, e o Primeiro-Ministro, António Costa, no encerramento de uma conferência da CPLP em 2016.

Em Julho de 2018, durante a XII Cimeira, realizada em Santa Maria, Cabo V erde, foi concedido o estatuto de observador associado a mais oito países e, pela primeira vez, para uma organização. Os novos observadores são: *Andorra, Argentina, Chile, França, Itália, Luxemburgo, Reino Unido, Sérvia e a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI)* que tornou-se na primeira organização a ocupar este posto.

Em Julho de 2021, durante a XIII Cimeira, realizada em Luanda, Angola, foi concedido o estatuto de observador associado a mais dez países e três organizações. Os novos observadores são: *Canadá, Catar, Costa do Marfim, Espanha, Estados Unidos, Grécia, Índia, Irlanda, Peru, Romênia, a Conferência Ibero-Americana, o G7+ [en] e a Organização Europeia de Direito Público (OEDP/EPLO)*.

Membros

Estatísticas dos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Á CPLP é formada por nove Estados soberanos cuja língua oficial ou uma delas é a língua portuguesa. Eles estão espalhados por todos os cinco continentes habitados da Terra, uma vez que há um na América, um na Europa, seis na África e um transcontinental entre a Ásia e a Oceânia. São eles: a República de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República da Guiné Equatorial, a República de Moçambique, a República Portuguesa, a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Democrática de Timor-Leste.

Além dos membros plenos e efectivos, há dezanove observadores associados: o *Principado de Andorra, a República Argentina, o Canadá, o Estado do Catar, a República do Chile, a República de Côte d'Ivoire, a República Eslovaca, a Reino da Espanha, os Estados Unidos da América, a República Francesa, a Geórgia, a República Helénica, a Hungria, o Japão, a República da Índia, a República da Irlanda, a República Italiana, o Grão-Ducado de Luxemburgo, a República de Maurício, a República da Namíbia, a República do Peru, o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, a Romênia, a República do Senegal, a República da Sérviaa República Tcheca, a República da Turquia, a República Oriental do Uruguai, a Conferência Ibero-Americana, o G7+, a Organização Europeia de Direito Público e a Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura*, Nove estão localizados na Europa, três no continente africano, três no continente americano, um na Ásia e dois são transcontinentais, ficando entre os continentes asiático e europeu.

Existem também actualmente alguns outros países que já manifestaram o interesse de adecrir a CPLP como membros observadores, entre eles: Indonésia, Marrocos, Essuatíni, Coreia do Sul, Rússia, Paraguai, Austrália[e Ruanda que estão a preparar as suas candidaturas. Além desses países, uma organização internacional também solicitou o estatuto de observador associado da CPLP, a Secretaria-Geral Ibero-Americana.

Alternatives Economiques

SOCIAL

« Nouveau pacte de la vie au travail »

: quand Emmanuel contredit Macron

Pour tourner la page des retraites, le chef de l'Etat promet de réformer le travail mais ses aspirations se heurtent au mur de son bilan.

Par Laurent Jeanneaux

Un discours inaudible. C'est l'impression qui prévalait après quatorze minutes d'allocution présidentielle, hier soir. Inaudible pas simplement à cause du tintamarre des casseroles orchestré par les opposants à la réforme des retraites, déterminés à *« faire taire »* le chef de l'Etat. Si on a du mal à entendre le message présidentiel, c'est surtout parce qu'il n'est pas crédible.

Il y a évidemment des précédents, qui incitent à rester prudents. Ce n'est pas la première feuille de route de sortie de crise que déroule Emmanuel Macron. On se souvient du grand débat qui a clôturé la crise des gilets jaunes ; on a du mal en revanche à se rappeler quels ont été les débouchés concrets apportés aux doléances des Français.

Chacun a encore en tête la mise en place audacieuse d'une convention citoyenne sur le climat, mais on n'a pas oublié comment cette expérimentation démocratique novatrice a été dévoyée.

Inflation : ça s'arrête quand ?

Et que dire de l'apologie de l'Etat-providence, au primat donné à l'intérêt collectif, au souci revendiqué vis-à-vis des plus vulnérables, à l'importance du hors marché, clamée notamment en termes de santé… ? Toutes ces paroles grandiloquentes débitées par le chef de l'Etat en pleine crise sanitaire paraissent aujourd'hui irréelles, à rebours d'une réforme des retraites perçue à juste titre comme une nouvelle entaille faite à notre modèle social.

Pour compléter la liste, on pourrait évoquer les appels à la *« sobriété »*, lancés en septembre dernier, dont on peine à voir les effets.

Comment, dans ces conditions, s'étonner que les Français accueillent avec scepticisme les nouveaux chantiers que s'apprête à lancer le locataire de l'Elysée ? Mais ce ne sont pas seulement les paroles restées en l'air ou les promesses non tenues qui plombent la crédibilité présidentielle.

C'est son action qui entre en contradiction avec ses aspirations. Le chemin pavé de bonnes intentions que s'est efforcé de tracer hier Emmanuel Macron, se heurte au mur du bilan de ce même Emmanuel Macron.

C'est évident pour le travail. Sur cette question, le Président est à contre-emploi. *« Face au chômage, nous avons des résultats inédits et indiscutables, c'est le fruit des transformations de ces dernières années »,* n'a pas manqué de se féliciter le chef de l'exécutif.

Il est vrai que le chômage baisse significativement en France : il est passé de 9,5 % au moment où Emmanuel Macron a été élu pour son premier mandat, au printemps 2017, à 7,2 % au quatrième trimestre 2022, soit -2,3 points de pourcentage.

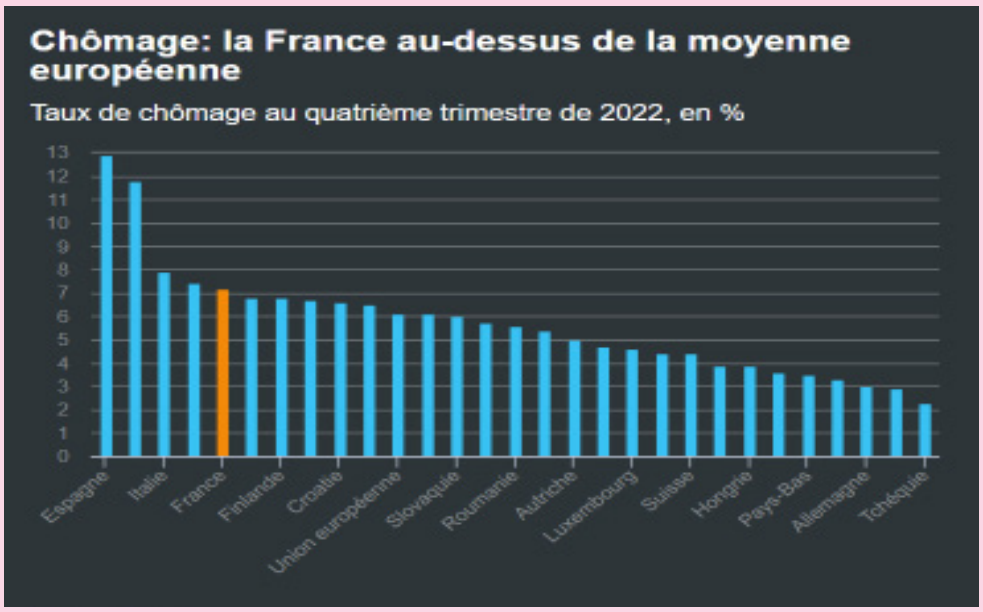
Ce résultat n'a toutefois rien « *d'inédit* » : le chômage a davantage baissé entre le deuxième trimestre de 1997 et le deuxième trimestre de 2001, sous l'effet des 35 heures mises en place par le gouvernement de Lionel Jospin : -3 points de pourcentage.

Surtout, la baisse du chômage a commencé deux ans avant la première élection d'Emmanuel Macron, difficile donc de lui en attribuer totalement le mérite. D'autant plus que le chômage décroît dans tous les pays européens, il n'y a pas du tout d'exception française en la matière.

Et les performances de la France n'ont rien d'extraordinaire comparées aux autres. Bien au contraire : le taux de chômage français (7,2 %) reste bien supérieur à la moyenne européenne (6,1 %). Quant au plein-emploi, c'est-à-dire un taux de chômage inférieur à 5 % selon le seuil fixé par les économistes, c'est une réalité pour l'Autriche, le Danemark, les Pays-Bas, l'Allemagne ou la Pologne. Pas pour la France. On s'en rapproche petit à petit. Mais c'est souvent la dernière marche qui est la plus dure à franchir.

Chômage: la France au-dessus de la moyenne européenne

Taux de chômage au quatrième trimestre de 2022, en %



Source : Eurostat
Facebook Twitter Embed

Mais la bataille du plein-emploi ne peut pas se résumer à un aspect quantitatif, au « *1,7 million d'emplois créés en six ans* » évoqués par le Président hier – une estimation bizarrement sous-évaluée, près de 2 millions d'emplois salariés ont en réalité été créés depuis le quatrième trimestre 2016, d'après l'Insee.

Plus que le nombre de postes, c'est la qualité de ces emplois qui est le véritable enjeu. C'est notamment ce que montrent les derniers résultats de l'enquête européenne sur les conditions de travail, qui viennent d'être publiés : les Français sont en mauvaise posture au boulot, comparés à leurs homologues européens.

En 2021, ils n'étaient que 38 % à avoir toujours le sentiment de faire du bon travail, contre 48 % en moyenne au sein de l'Union européenne. De même, ils ne sont que 55 % à toujours penser faire un travail utile, contre 61 % en moyenne chez nos voisins.

Autre exemple, parmi de nombreux indicateurs : 39 % des travailleurs français pensent que leur boulot menace leur santé et leur sécurité, seuls les Lettons et les Espagnols sont plus pessimistes que nous sur ce plan.

Commencer par améliorer les conditions de travail

Emmanuel Macron l'a bien compris, en évoquant la volonté des Français de trouver un *« sens »* à leur travail, de pouvoir évoluer dans leur carrière ou d'améliorer leurs conditions de travail. Il a promis un *« nouveau pacte de la vie au travail »* dont les contours restent encore flous. **Et c'est sur ce terrain que les contradictions entre le discours et les actes sont les plus flagrantes.**

Si le Président était vraiment sincère sur ce sujet, il aurait dû commencer par s'attaquer à améliorer les conditions de travail et d'emploi des seniors avant de

réformer les retraites. C'est ce que réclamaient de façon unanime les syndicats. Sans succès.

Pire, Emmanuel Macron a commencé son premier quinquennat en détricotant le compte pénibilité mis en place par son prédécesseur. Ce compte était censé permettre aux salariés usés par le travail de partir plus tôt en retraite, de demander un temps partiel ou une formation pour changer de métier. Mais il a été vidé de sa substance par l'exécutif, qui a supprimé quatre critères de pénibilité sur dix ouvrant des droits pour les salariés qui y ont été exposés.

Exit donc les postures pénibles, les manutentions manuelles de charges, les vibrations mécaniques et les agents chimiques dangereux. Et pourtant, 1,8 million de personnes restent exposées à des produits cancerogènes sur le territoire. Tandis que près d'un million de salariés, tous âges confondus, doivent répéter le même geste à une cadence élevée plus de 20 heures par semaine, et près de deux millions de travailleurs portent des charges lourdes plus de 10 heures par semaine, selon l'enquête Sumer.

De quoi sérieusement altérer leur santé. Le compte professionnel de prévention de la pénibilité (C3P) a même été renommé compte personnel de prévention (C2P). Et le « P » qui a disparu, c'est celui de *« pénibilité »,* comme si le chef de l'Etat refusait d'admettre que des emplois puissent être qualifiés de pénibles !

Hier, Emmanuel Macron a tout de même prononcé le mot. Il faut dire que les visites médicales prévues dans la réforme des retraites pour les salariés exposés à des risques font partie des six cavaliers législatifs censurés par le Conseil constitutionnel, au même titre que l'index senior et le CDI senior. Et nul ne sait à ce stade si ces mesures seront reprises dans une loi ordinaire ou si elles feront l'objet de « *négociations* » avec les partenaires sociaux.

Le contexte est pourtant particulièrement favorable pour imposer des concessions aux employeurs en matière de conditions de travail. La baisse du chômage contribue à inverser le rapport de force sur le marché du travail et redonne du pouvoir de négociation aux salariés.

En témoignent les pénuries de main-d'œuvre, qui atteignent des sommets. En juillet 2022, la proportion d'entreprises industrielles déclarant des difficultés de recrutement atteignait 67 %, un niveau inobservé depuis 1991, alors que la moyenne de longue période de cet indicateur s'établit à 31 %, selon l'Insee.

Parallèlement, en France, le nombre de démissions s'est élevé à un niveau historiquement haut depuis fin 2021 avec près de 520 000 par trimestre, dont environ 470 000 démissions de contrats à durée indéterminée (CDI). Et si les Français claquent la porte de leur entreprise, ce n'est pas pour se la couler douce, mais la plupart du temps pour trouver un autre emploi, mieux rémunéré et moins usant. Bref, ils ne sont plus prêts à travailler dans n'importe quelles conditions.

C'est ce qu'a révélé une étude réalisée en France par l'économiste Thomas Coutrot pour la Dares, le service statistique du ministère du Travail, et publiée en juin 2022. Les employeurs qui signalent que leurs salariés sont exposés à des conditions de travail pénibles sont en effet plus nombreux à connaître de telles difficultés d'embauche : 89 %, contre 71 % pour l'ensemble des employeurs du secteur privé. Une tendance qui n'est pas tout à fait nouvelle, mais que la pandémie a accéléré.
Limiter la rareté de l'offre de travail

Or plutôt que d'accompagner ce mouvement vers un plein-emploi de qualité, Emmanuel Macron n'a eu de cesse, jusqu'ici, de rééquilibrer le rapport de force en faveur des employeurs. En témoignent les règles de l'assurance chômage, qui ont été durcies deux fois en trois ans, afin d'obliger les chômeurs à accepter n'importe quel emploi.

La réforme des retraites, en obligeant les seniors à rester deux ans de plus en emploi, s'inscrit également dans cette logique : limiter la rareté de l'offre de travail pour en contenir le coût, au grand bénéfice des demandeurs de travail que sont les employeurs. On notera au passage que la loi de l'offre et de la demande n'est plus parée de toutes les vertus…

Et Emmanuel Macron ne compte pas en rester là : il ambitionne de *« ramener vers le travail les allocataires du RSA* ». En clair, l'exécutif envisage de conditionner le droit à cette allocation sociale à l'obligation de consacrer plusieurs heures par semaine à travailler ou être en formation.

Une perspective très critiquée, notamment par Stéphane Troussel, le président du département de Seine-Saint-Denis, qui a annoncé le retrait de sa collectivité de l'expérimentation *« France Travail ».*

« Nous en sommes aujourd'hui réduits à «demander des comptes» aux plus pauvres, ce qui déshonore la République sociale, jugent Timothée Duverger et Thierry Germain, dans une note publiée la semaine dernière par la Fondation Jean Jaurès. Surtout, un renforcement des sanctions risque d'aggraver la situation des plus fragiles et de générer des effets pervers, comme l'ont montré les études sur les sanctions prévues par le Universel Credit au Royaume-Uni. Si leur impact sur l'emploi s'avère nul, elles ont pour conséquence d'accroître l'incertitude sur l'avenir (liée au risque de radiation pour des infractions mineures comme le retard à un rendez-vous) ou l'anxiété des personnes et de rendre la recherche d'emploi largement contre-productive (multiplication des candidatures, dont certaines paraissent inappropriées). »

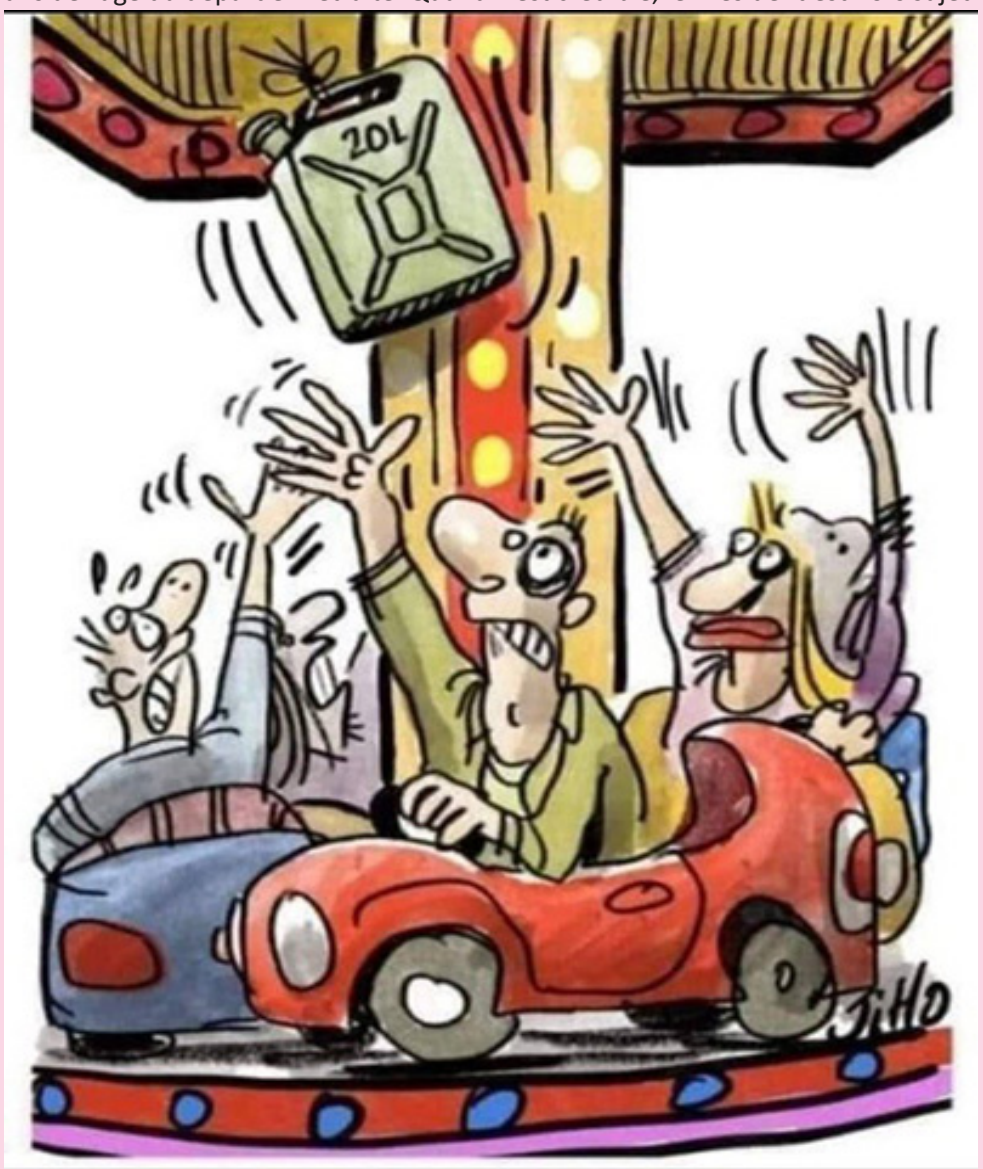
Ce n'est pas en mettant la pression sur les employeurs qu'Emmanuel Macron compte arriver au plein-emploi, mais en stigmatisant les plus vulnérables et en les obligeant à travailler en échange d'une aide sociale.

Enfin, que dire des appels à *« mieux payer le travail »* et à ouvrir des négociations salariales entre partenaires sociaux, quand on sait que le Président a dépensé beaucoup d'énergie à saper les bases d'un tel dialogue social.

Ordonnances travail en septembre 2017, barémisation des indemnités prudhomales, fusion des instances représentatives du personnel en une seule entité, disparition des comités d'hygiène, de sécurité et des conditions de travail (CHSCT) et des délégués du personnel, reprise en main par l'Etat de la gestion de l'assurance chômage… La liste des griefs que les syndicats ont à l'encontre d'Emmanuel Macron est longue. Sans même parler de son attitude intransigeante face à l'intersyndicale lors de la mobilisation contre la réforme des retraites.

La crédibilité du chef de l'Etat n'est pas au rendez-vous sur le terrain du travail. On pourrait en dire de même s'agissant de l'éducation ou de la santé, deux services publics éreintés par les économies qui leur ont été imposées. Les agents restent sceptiques, voire carrément hostiles, face aux annonces faites hier soir.

Il n'y a que sur le terrain de la lutte contre la délinquance et l'immigration que l'on s'attend à du concret. En partie, car les mesures évoquées étaient de toute façon déjà dans les tuyaux. Si Emmanuel Macron paraît plus crédible sur ce terrain-là, c'est qu'il a visiblement choisi de s'adresser en priorité à son aile droite, au lieu de chercher à apaiser les esprits. Reste qu'on a du mal à voir le rapport entre ces thèmes régaliens et sécuritaires et la colère qui s'est exprimée contre le report à 64 ans de l'âge du départ en retraite. Quand il est crédible, le Président est hors sujet.



Desmistificando

Subscrevo totalmente
Miguel Mattos Chaves

PERGUNTA **- para quem estiver interessado em pensar!**

-Assisti hoje a uma das maiores mistificações e manifestação de baixo populismo, de que tenho memória;
-Nunca pensei chegar-se tão longe na pouca vergonha e na tentativa de manipular a cabeça das pessoas;
-A revolta que sinto, ao ser-me oferecida uma mão cheia de nada, é grande!
-Mão cheia de nada, usando palavras mentirosas de que me estão a dar qualquer coisa, quando assim não é!
.
Refiro-me à "*peça de teatro*" de fraca qualidade, à encenação pobre, de tentarem enganar os Portugueses, desempenhada pelo Ministro das Finanças, Ministra de qualquer coisa e sua companheira Ministra de não sei o quê!

Vejamos:

Em vez de dizerem, coisas tão simples, como:

1º - Para melhorar a vida das pessoas, o Governo vai descontar no IRS de cada Português, uma percentagem que os compense, pelo menos em parte, do aumento da inflação e da consequente perda de Poder de Compra, dados os aumentos dos preços da habitação, alimentação, combustíveis, roupa, etc…

2º - Vamos deduzir na matéria colectável do IRS, o aumento dos juros dos créditos à habitação;

3º - Vamos aumentar as pensões de reforma e os salários em metade da Taxa de Inflação já produzida, (5,8%) de forma a dar alguma ajuda real às famílias;

SE o tivessem dito e oferecido isto, aí sim dariam realmente alguma coisa aos Portugueses.
.
MAS não foi isso que fizeram.

O que fez o autor da peça de teatro de baixa qualidade, mandando o seu actor falar?

O Ministro das Finanças, (actor) mandado pelo seu 1º Ministro (autor) - o qual não quis dar a cara, - disse:

1º - Vamos reduzir o IVA de ALGUNS (poucos) produtos alimentares de primeira necessidade, para a Taxa de 0%.

Isto porque estamos a negociar com as empresas distribuidoras e com os produtores para que eles não aumentem os seus preços! (sic), mas só até Outubro;

2º - Vamos aumentar em 80 cêntimos o subsídio de refeição dos empregados do Estado; (só é pago nos dias úteis de trabalho);

3º - Vamos aumentar os salários dos funcionários públicos em 1%!!

4º - Aos que não pagam IRS, por ganharem muito pouco, dar-se-á os tais 35€ + 15€ euros por filho, o que é a única medida positiva (MAS, paga em partes em Abril, em Julho e Agosto e Outubro)!

Então os mais pobres vivem todos os meses, ou só nos meses indicados?
.
Vista esta peça de teatro de péssima qualidade:

A. - Onde ficam as pessoas que trabalham na iniciativa privada?

B. - Onde ficam os Reformados?

C. - Onde ficam as profissões liberais?
.
É a encenação de péssima qualidade e de profundo populismo barato, é a seguinte:

1 - O IVA até Outubro: alguém acredita que as empresas, não vão ficar com parte do "bolo". Mesmo que não fiquem: até Outubro? Então a inflação e a perda de poder de compra que já se vem a acumular desde o ano passado, tendo os portugueses já perdido na realidade 20% do seu poder compra nos alimentos?

Compensação? NADA!

2 – As Pensões de Reforma já perderam cerca de 7,1%, ou seja, os reformados em termos reais já perderam poder de compra, mesmo descontando o aumento de Janeiro e o *"bónus de Outubro".*

E dizem que a sua preocupação são os reformados?

3 – E os restantes portugueses que trabalham, não são cidadãos?
.
BREVE CONCLUSÃO

1. IRS – NADA! - Não quiseram ir pela via do IRS, caminho esse em que realmente haveria alguma compensação, para TODOS os que o pagam!

2. Aos que não pagam IRS, resolveram o problema com umas migalhas. MAS, paga em partes em Abril, em Julho e Agosto e Outubro. Sem mais comentários.

3. IVA a 0% - só para alguns poucos produtos, de que tenho as maiores dúvidas de que os Portugueses beneficiem dele durante mais do que 2 a 3 meses.
.
Para não dar mais azo à minha Indignação, à minha Revolta, prefiro ficar por aqui.
.
Que TODOS os portugueses pensem bem, se não está na altura de se revoltarem, como é seu direito, e irem para a rua protestar contra estes actores que estão a destruir a Classe Média e Portugal no seu todo.

L'Administration Biden a Poussé les Arabes dans les Bras de l'Iran

par Khaled Abu Toameh
Traduction du texte original: Biden Administration Pushing Arabs Towards Iran

Arabes et musulmans ont célébré en grand nombre le rétablissement des relations diplomatiques entre l'Arabie Saoudite et l'Iran. Ils y ont vu un coup dévastateur porté à l'administration Biden, une victoire pour l'Iran et la Chine et un échec de la diplomatie américaine au Moyen-Orient.

Photo : Un journal iranien avec en première page, un article sur le rétablissement des relations diplomatiques entre l'Arabie Saoudite et l'Iran par l'intermédiaire de la Chine, le 11 mars 2023. *(Photo par Atta Kenare/AFP via Getty Images)*

Ces Arabes et musulmans considèrent l'accord saoudo-iranien comme le résultat direct du conflit engagé par l'administration Biden contre les pays arabes alliés traditionnels de l'Amérique, notamment l'Arabie saoudite, et aussi comme une conséquence de la politique d'apaisement des Américains envers les mollahs en Iran.

Walid Phares, chercheur américain d'origine libanaise, ne s'est pas privé de rappeler que, depuis plusieurs années, il n'a eu de cesse de critiquer la faiblesse des liens entre l'administration Biden et ses alliés arabes, estimant que ces relations n' « avaient ni le niveau, ni la profondeur requis ».

Selon Phares, l'administration Obama « est allée trop loin dans son désir de nouer un partenariat avec les islamistes de la région, l'Iran et les Frères musulmans, ce qui l'a conduit à tourner le dos aux pays arabes ».

Phares a rappelé que cette politique de l'administration Obama avait été à l'origine de la première crise de confiance entre Washington et les pays arabes. Par la suite, l'administration Trump a corrigé le tir et *« s'est engagée dans une alliance sans précédent avec les Arabes pour isoler l'Iran et vaincre l'État islamique (ISIS) ».*

« L'alliance arabo-américaine a duré quatre ans, au cours desquels l'Arabie saoudite et ses partenaires ont obéi à un agenda commun sur tous les fronts : ils ont affronté les Houthis [soutenus par l'Iran] [au Yémen] et ont soutenu les adversaires de l'Iran, tout en tentant d›éradiquer Al-Qaïda et l'Etat islamique et, surtout, ils ont mené une politique de délégitimation de l›islam radical... Cependant, le départ de Donald Trump et l'élection de Joe Biden ont placé les Saoudiens, et avec eux tous les Arabes, dans une position difficile. Les Arabes ont gardé le cap de la politique convenue avec l'administration Trump, mais son successeur s'y est révélée hostile. En 2021, la coalition arabe se dirigeait vers la guerre avec l'Iran, alors que l'administration Biden s'est précipitée pour faire la paix avec Téhéran ! »

Phares a noté que l'administration Biden a repris à son compte la politique de l'administration Obama, faisant ainsi l'impasse sur les préoccupations de la coalition arabe et ses craintes face à l'expansionnisme des terroristes et autres radicaux au Moyen-Orient. Les Arabes, ont été sidérés que l'administration Biden abandonne l'Afghanistan aux Talibans « et ont été choqués que l'Occident se précipite à la table des négociations avec les Iraniens, sans se préoccuper des pays arabes ni de leurs intérêts nationaux ».

De nombreux Arabes ont exprimé sur les réseaux sociaux leur profonde satisfaction des nouvelles relations saoudo-iraniennes négociées par la Chine, et ont salué ce qu'ils estiment être une défaite majeure de l'administration Biden et une victoire pour la Chine.

« La Chine arrive en force et a infligé une défaite politique à l'Amérique», lit-on dans un post de l'activiste politique saoudien Saeed Al-Mryti.

« La Chine a obtenu la reconnaissance totale des pays arabes contre les politiques américaines. Aujourd'hui, la Chine a vaincu en parrainant l'accord historique entre l'Arabie saoudite et l'Iran, alors que les États-Unis ont un nouveau président qui a entrepris de détruire les accords conclus par son prédécesseur au point de s'en vanter pendant sa campagne électorale et sa présidence. »

Un autre Arabe, Ahmed Al-Fifi, a écrit sur Twitter :

« En 70 ans, deux tremblements de terre ont ébranlé Washington et les deux ont eu leur épicentre à Riyad ! Le premier a eu lieu en 1986 quand l'Arabie saoudite a acheté des missiles stratégiques à longue portée à la Chine. Le second, quand l'Arabie saoudite a rétabli ses relations avec L'Iran sous les auspices chinois. »

L'éminent auteur irakien Iyad Al-Dalimi estime qu'en faisant de la Chine le sponsor de l'accord, les Saoudiens ont cherché à embarrasser l'administration Biden. L'accord saoudo-iranien, a déclaré Al-Dalimi , *« est la conséquence de l'attitude dédaigneuse de Biden envers l'Arabie saoudite et de l'apathie de cette relation depuis son arrivée au pouvoir il y a plus de deux ans »*

L'analyste politique libanais Jubran Al-Khoury estime que *« quelles que soient les tentatives de maquillage de la situation, l'Arabie saoudite a asséné un coup direct et réussi à l'administration Biden et à ses politique au Moyen-Orient ».*

Selon, Al-Khoury l'administration Biden voulait *« s'échapper »* du Moyen-Orient pour affronter la Chine sur son territoire, en Extrême-Orient.

« Deux ans après, l'Arabie saoudite a ouvert grand la porte du Moyen-Orient à la Chine ... Depuis 2021, l'Arabie saoudite a adapté sa diplomatie aux différents virages de la politique américaine. Elle a négocié avec l'ran, a renforcé ses relations commerciales avec la Chine sans se préoccuper de la guerre commerciale déclarée entre les États-Unis et la Chine, et a développé ses échange avec la Russie...

« L'administration Biden a pleinement conscience aujourd›hui que l›Arabie saoudite est bien moins flexible vis-à-vis des demandes américaines... En effet, l'Arabie saoudite, avec ses performances actuelles, a peut-être forcé l'Amérique à reconsidérer sa politique dans le Moyen-Orient. »

Les Palestiniens, résolument hostiles à la paix entre Israël et les pays arabes, ne sont pas mécontents du coup porté aux États-Unis et à Israël. Ils gardent ainsi l'espoir que l'accord saoudo-iranien empêchera l'Arabie et d'autres pays arabes de rejoindre les accords d'Abraham, une série de traités normalisant les relations diplomatiques entre Israël, les Émirats arabes unis, Bahreïn, le Kosovo, le Soudan et le Maroc.

En tournant le dos à l'Arabie saoudite, l'administration Biden a donné du pouvoir aux Arabes hostiles à la paix avec Israël. Toute possibilité d'élargir les accords d'Abraham à davantage de pays arabes est désormais détruite.

Selon un éditorial du journal palestinien Al-Quds :

« L'accord saoudo-iranien a porté un coup sévère non seulement à Israël, mais aussi à l'Amérique et à de nombreux pays européens qui imposent un blocus à l'Iran et attisent des troubles en son sein ... Cet accord pourrait également être le prélude à la sortie du monde arabe hors du contrôle et de l›hégémonie américains. Il renforce également un puissant courant international hostile à la domination américaine et qui souhaite mettre fin à l'unipolarité. Cet accord unira les mondes arabe et islamique et mettra également fin aux espoirs israéliens de faire adhérer l›Arabie saoudite aux Accords d'Abraham. »

La profonde satisfaction que l'Iran et ses mandataires terroristes – le Hamas, le Jihad islamique palestinien et le Hezbollah – expriment face à l'accord saoudo-iranien n'a rien de surprenant. Ils y voient un signe de la faiblesse croissante des États-Unis et de l'échec de la diplomatie de l'administration Biden au Moyen-Orient. La fragilité de l'administration américaine a considérablement renforcé l'axe du mal dirigé par l'Iran et plus encore par le fait que les anciens alliés arabes de l'Amérique se précipitent dans les bras des mollahs à Téhéran.

Khaled Abu Toameh est un journaliste primé basé à Jérusalem.

Opinião

O regresso da extrema-direita

A extrema-direita não tem soluções, nem remédios. E o que fez foi com força, violência, ditadura e sem liberdades, acrescentando crise à crise.

Por António Barreto
25 de Março de 2023

Os factos abundam, as evidências sobram: em Portugal, como em quase toda a Europa, aquilo que vulgarmente se designa por extrema-direita está em crescendo. Na França, na Itália, em Espanha, em vários países nórdicos, na Alemanha, na Áustria, assim como, mais longe, nos Estados Unidos ou no Brasil, os resultados eleitorais, as sondagens e múltiplas manifestações nas ruas e na sociedade dão sinais claros dessa ascensão. Na Rússia, atingiu-se mesmo o cume. Em Portugal, com os votos no Chega, também temos essa evidência.

O que se chama vulgarmente, mas de modo inapropriado, extrema-direita, inclui coisas diferentes. Fica bem às esquerdas abusar do termo, mas sabe-se que não é conceito rigoroso. Seria preferível usar outro termo mais verdadeiro: a direita. Nesta noção mais vasta, cabe tudo: a direita pode ser democrática, nacionalista, liberal, populista, radical, cosmopolita, europeia, integrista, antidemocrática e extrema, entre outras.

Vista assim a realidade, é verdade que a direita, em Portugal e na Europa, está de regresso. Se vai vencer, se obtém ganhos importantes e se veio para ficar, não sabemos. Mas uma coisa é certa: no seu conjunto, está em aumento. Usa-se muito a designação de extrema-direita porque é a que convém aos seus adversários. Mas a maior parte da direita não cabe nesse termo. O que definiria a extrema-direita não são apenas valores como o sentimento religioso, a nação e a família, comuns a muitas direitas, mas sim o ultranacionalismo, a solução não democrática para o regime e o governo, a desigualdade social e étnica e a crença na superioridade racial. Outras crenças estão-lhe associadas, como sejam a disciplina e a obediência nas relações de trabalho, a intangibilidade da propriedade, a pena de morte e a prisão perpétua. E não lhe faltam laivos de racismo e xenofobia.

É fácil verificar que nem tudo é preto e branco. Na verdade, inúmeros valores e crenças podem ser partilhados com as esquerdas, extremas ou não. O nacionalismo pode existir à esquerda. As direitas podem desrespeitar a propriedade privada. Sentimentos antieuropeus e antiamericanos encontram-se tanto entre certas direitas como entre algumas esquerdas. Tal como o racismo, que se pode encontrar ora à esquerda, ora à direita. Valores relativos à família, à religião, à pátria, à nação, à caridade e ao papel das elites, por exemplo, podem encontrar-se em todos os lados, mas é provável que seja na direita que têm mais significado.

Nas últimas décadas, a política ocidental, europeia e portuguesa tem sido dominada ou marcada pelos valores da esquerda e da direita democráticas, do centro-esquerda e do centro-direita. Juntas ou separadas, foram estas forças políticas que orientaram a Europa e a maior parte dos países europeus. Esse período parece acabar. A direita é cada vez mais direita. A esquerda cada vez mais esquerda. Os dois lados falam-se menos, entendem-se pouco. Mesmo se em certos momentos ou diante de alguns casos (a Ucrânia e a Rússia, por exemplo) o entendimento pareça fácil, a verdade é que está em curso um processo de bipolarização e de afastamento entre esquerda e direita. O que significa também alguma radicalização.

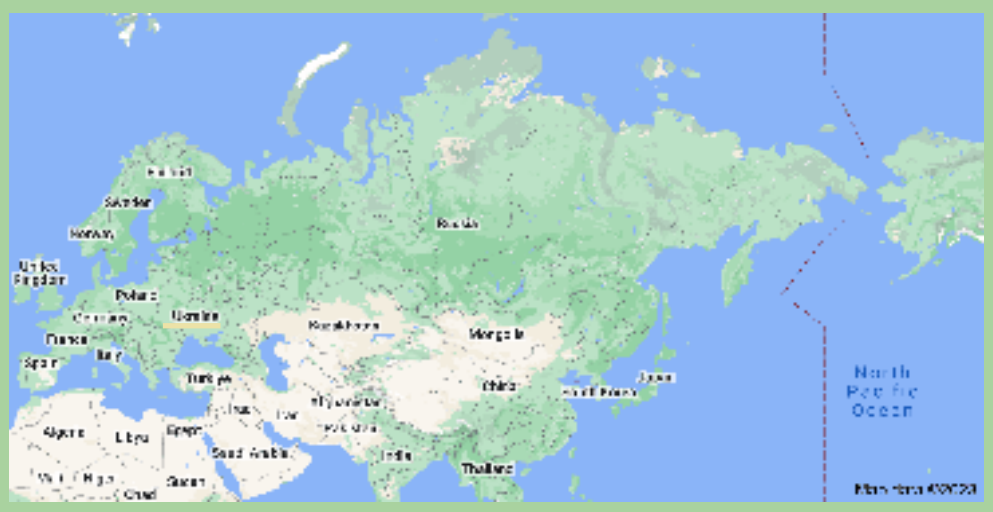
É neste quadro que a esquerda protesta todos os dias contra a extrema-direita e o regresso do fascismo. Nos partidos de centro, reclama-se contra a extrema-direita e a direita radical. Mas nos meios de esquerda, a linguagem é mais ácida. Ouvem-se os "*Acudam que aí vem o fascismo"!* Não são raros os apelos a legislação e a políticas de censura do que chamam "*discursos de ódio".* Todos os dias sobejam as acusações contra as direitas que seriam totalitárias, racistas, xenófobas, reaccionárias e demagógicas. Não são raras as tentativas de censura de partidos, pessoas, publicações e iniciativas da direita, sempre identificadas com a extrema-direita antidemocrática. Grande parte desta retórica é idiota. É simplesmente inútil reclamar contra a extrema-direita e nada fazer para evitar que ela se desenvolva.

Berrar contra a extrema-direita é muito interessante. Mas absolutamente errado e ineficaz. É subterfúgio ou artimanha para evitar um real exame de consciência. Na verdade, as razões que fazem o êxito da extrema-direita são os erros da democracia, as deficiências dos democratas, os falhanços das esquerdas e a incompetência do centro.

As extremas-direitas nascem nas filas de espera dos hospitais, nos bairros segregados e nos edifícios degradados. As extremas-direitas nascem à entrada dos tribunais que não julgam os ricos e os poderosos, surgem à saída das escolas onde manuais pretendem impor programas politicamente correctos e germinam nos aeroportos onde se cruzam emigrantes portugueses de partida e imigrantes estrangeiros de chegada. As extremas-direitas alimentam-se nas Forças Armadas sem equipamento nem autoridade, nas barcaças dos traficantes de mão-de-obra e nos conflitos raciais. As extremas-direitas medram nos bairros onde se faz tráfico de endereços falsos, nas residências recheadas de clandestinos, nas reuniões onde se vendem ao desbarato empresas nacionais a grupos predadores e nos bairros metropolitanos onde os preços da habitação atingiram valores insuportáveis. As extremas-direitas nascem onde se cultiva o nepotismo familiar e o favoritismo partidário. As extremas-direitas desenvolvem-se neste ambiente de crise larvar, de desordem institucional e de incompetência a que se assiste presentemente.

A extrema-direita não tem soluções, nem remédios. A extrema-direita nacionalista não consegue contrariar estas evoluções. Nunca conseguiu. E o que fez foi com força, violência, ditadura e sem liberdades, acrescentando crise à crise. O partido Chega é particularmente interessante. A sua ascensão surpreende toda a gente, a começar pelos seus próprios simpatizantes e dirigentes. Populista, hesita sempre entre a democracia e a ditadura. Ora defende os processos democráticos e se integra na respectiva liturgia, ora resvala para áreas de nenhuma tradição democrática. Simpatiza com o racismo e a xenofobia, incensa a autoridade, cultiva a castração química e a pena de prisão perpétua, mas respeita as regras parlamentares e as normas constitucionais (de que quer tirar partido, mas que diz respeitar). O Chega, pelo que se sabe e vê, não é antídoto para a desordem e o caos, não é remédio para os evidentes problemas sociais e económicos, não é solução para a crise que temos diante de nós. Mas o Chega é produto dessa crise. É uma manifestação da crise. É o seu resultado.

O autor é colunista do PÚBLICO



Alternatives Economiques

ECONOMIE

« Pour un nouveau contrat social et écologique », l'appel de 140 économistes opposés à la réforme des retraites

Plus de 140 économistes dont Michaël Zemmour, Dominique Méda, Philippe Askenazy ou André Orléan, appellent le président de la République à ne pas promulguer la loi sur les retraites et à ouvrir au plus vite des assises nationales du travail et de l'emploi en vue de la transition écologique.

Par Collectif d'économistes

Monsieur le président de la République, la fracture sociale et démocratique est à son comble et ce à propos d'une réforme des retraites qu'aucune urgence économique n'impose. Nous savons, comme vous, qu'il faut équilibrer, période après période, les comptes de la protection sociale et qu'il existe plusieurs moyens d'y parvenir. Ils ont tous des avantages et des défauts. Cela suppose de soupeser collectivement les uns et les autres dans un processus ouvert de discussion, qui prenne en compte non pas seulement la dimension comptable mais aussi les dimensions écologiques, sociales, économiques des mesures possibles. Ce n'est pas *« simple »* et c'est un espace où les possibles sont ouverts – toutes les économistes s'accordent sur ce point.

Ouvrir des discussions est donc aujourd'hui indispensable. Indispensable pour apaiser le corps social et renouer les fils, ténus, de la démocratie sociale. Indispensable pour redonner à la représentation démocratique citoyenne, issue des urnes, une capacité d'action – qui ne peut plus passer par des astuces constitutionnelles qui ne convainquent personne. Indispensable parce que les ennemis de la démocratie et du bien commun sont nombreux à l'extrême droite, et attendent leur heure en voyant ainsi se déliter ce à quoi nous tenons toutes.

Ouvrir des discussions ne serait pas une reculade mais une respiration nécessaire. Suspendre un texte qui met le feu aux poudres est un acte courageux et qui ne revient pas à nier les problèmes mais à les voir.

Retraites : la réforme qu'il faudrait

Ouvrir des discussions serait une avancée si, comme il apparaît de plus en plus, les questions à débattre ne se cantonnaient plus à un *« petit »* point de vue comptable (petit au regard des autres questions – y compris économique et comptable – auxquelles nous sommes confronté-e-s) et embrassaient plus généralement la question du travail et de l'emploi à l'heure de l'anthropocène et de la nécessaire transition écologique. Travailler plus ? Travailler moins ? Travailler mieux ? Travailler autrement ? Repenser les protections sociales ? Repenser les formations ? Repenser la question de la répartition et de la redistribution, entre les salarié-e-s, d'une part, mais aussi entre les salarié-e-s et les actionnaires ? Les questions et défis sont très nombreux.

Nous, économistes et socioéconomistes, appelons à suspendre immédiatement le processus de promulgation du Projet de loi de financement rectificative de la sécurité sociale pour 2023 et à ouvrir dans la foulée des Assises nationales du travail, de l'emploi en vue de la transition écologique organisées de manière paritaire avec toutes les parties prenantes qui permettront de refonder notre contrat social pour les années à venir.

Fevereiro-viu-chegar a Sines a maior carga de gas natural russo desde o começo da guerra na Ucrânia

Dados da Direcção-Geral de Energia e Geologia mostram que em Fevereiro chegaram 102.217 milhões de metros cúbicos de gás da Rússia, acima das compras à Nigéria.

O navio Vladimir Vize foi o primeiro a chegar com gás natural da Rússia após a invasão da Ucrânia, em Março de 2022

(*foto) TIAGO CANHOTO*

Portugal recebeu no passado mês de Fevereiro a maior carga de gás natural da Russia, desde que este país invadiu a Ucrânia, nesse mês.

Depois do início da guerra na Ucrânia, Portugal importou mais de 300 mil toneladas de produtos petrolíferos da Rússia. Pelo menos cinco navios atracaram no Porto de Sines, provenientes de portos russos, transportando gás natural liquefeito (GNL) para o depósito da REN, além de outros derivados do petróleo. Isto aconteceu enquanto Portugal se apresentava como a alternativa para a dependência europeia dos hidrocarbonetos russos e Bruxelas definia sanções contra este tipo de importações.

NDR- Como habitualmente se diz, os países apoiam as guerras para encherem os cofres de dinheiro.

Como de costume, os países que estão na cabeça de lucros , grandes somas, são os Russos e Americanos. Ucranianos também.

Se assim não fosse, a guerra já tinha terminado há muito tempo,

Os Ucrânios conhecem de antemão o desfecho do chamado conflito e apenas procuram uma solução em que cada um dos beligerantes possa *sair vencedor* e não perder a cara.

O actor Ucraniano terá de se submeter perante um eleitorado convencido e que jé sofreu bastante por isso,. mas, é mais do que tempo de acabar com a farsa e pôr de pé as estátias caídas e os prédios vítimas das experiências de armas militares. As grandes vítimas serão sempre os civis — mulheres, crianças e alguns homens apanhados no turbilhão de ensaios para guerras a estourar. Esta desde o princípio está feita. E gritam, venha outra!

E há já uns interessados á espreita.

COMANDOS

A SORTE PROTÉGE OS AUDAZES

Ajudemos os COMANDOS do curso 127 que foram constituídos arguidos

NIB - 0033-0000-45536014942-05

As enormes despesas tornam muito apreciada a vossa esperada colaboração

A Associação de COMANDOS agradece-vos : MAMA SUMÉ !!!

O Presidente da AC

José Lobo de Amaral

Alternatives Economiques

AUTOMOBILE

Chez Stellantis, une « méthode Tavares » efficace mais à quel prix ?

Le dirigeant a réussi la fusion entre Peugeot-Citroën et Fiat-Chrysler. Son obsession à réduire les coûts porte ses fruits, mais est-ce une stratégie tenable sur le long terme ?

Par Thomas Lestavel

Ce sont des chiffres hallucinants que Stellantis a publié pour ses résultats 2022. Le méga constructeur né il y a deux ans de la fusion entre le français PSA (Peugeot-Citroën) et son rival FCA (Fiat-Chrysler Automobiles) a annoncé un bond de 26 % de son profit net l'an dernier, à 16,8 milliards d'euros. Soit davantage que le champion allemand Volkswagen et ses 15,8 milliards.

Fort de ses 14 marques, le groupe européen Stellantis, dont la toute nouvelle Jeep électrique a été élue véhicule de l'année 2023, ne manque pas d'ambition : il compte doubler son chiffre d'affaires mondial entre 2021 et 2030, pour atteindre 300 milliards d'euros.

Inflation : ça s'arrête quand ?

Ce dynamisme est à mettre au crédit de son emblématique patron, Carlos Tavares. Le Portugais de 64 ans, qui fit ses armes aux côtés de Carlos Ghosn chez Renault, n'en est pas à son premier coup. Lorsqu'il a été nommé PDG de PSA Peugeot-Citroën, en 2014, l'entreprise perdait tellement d'argent que les marchés se préparaient à l'éventualité d'une faillite.

Recapitalisée par l'État et le chinois Dongfeng, elle est repassée dans le vert dès les premiers mois du mandat de Tavares. *« Il a sorti le groupe de l'ornière »,* résume Éric Peultier, technicien de maintenance et ancien délégué syndical Force ouvrière (FO) de l'entreprise.

Dès 2017, un PSA requinqué rachète la marque Opel, déficitaire depuis 18 ans. Là encore, Tavares fait des miracles. En une année seulement, le constructeur allemand redevient rentable. Et, jamais deux sans trois, l'intégration de FCA à présent relève de la prouesse : deux ans après la création de Stellantis, le groupe a déjà dégagé 7,1 milliards d'euros de synergies, avec plus de deux ans d'avance sur l'objectif de 5 milliards.

Encore une fois, la méthode Tavares porte ses fruits très vite. *« Son agenda est réglé à la minute. Il est extrêmement rapide, méthodique et efficace. Ce qui peut user ses lieutenants… »*, glisse Philippe Houchois, spécialiste de l'automobile chez Jefferies.

Certes, l'industrie a bénéficié ces deux dernières années d'un environnement favorable. La pénurie de composants a paradoxalement soutenu l'automobile, qui s'est concentrée sur les modèles les plus rentables.

C'est en particulier vrai en Amérique du Nord où les marges sont beaucoup plus élevées qu'en Europe. Du pain bénit pour Jeep, Ram, Dodge ou Chrysler, quatre marques de Stellantis très implantées outre-Atlantique. « *Le prix moyen d'un véhicule vendu par le groupe aux Etats-Unis a bondi de 39 000 dollars en 2020 à 53 000 dollars en 2022 »,* relève un analyste financier.

Un « psychopathe de la performance »

Mais ce contexte n'explique pas tout. Le bénéfice du groupe s'avère anormalement élevé. Sa marge opérationnelle atteint 14 %, ce qui le place à égalité avec des constructeurs de luxe comme Mercedes-Benz. Pourtant Stellantis fait le gros de ses ventes avec des marques généralistes comme Peugeot, Citroën, Fiat ou Lancia.

Le secret de Carlos Tavares ? Il ne mise pas sur les volumes comme le faisait un Carlos Ghosn chez Renault. Il se concentre sur l'optimisation des marges.

« Il parvient à vendre des modèles en s'alignant sur le prix des concurrents mais en dégageant davantage de profit, car il compresse les coûts », explique Christine Virassamy, déléguée syndicale CFDT chez Stellantis.

Pour cela, la direction impose aux salariés d'être toujours plus productifs. « *En France, le ratio entre la masse salariale et le chiffre d'affaires est passé de 15 % en 2015 à 10,5 % aujourd'hui »,* souligne Christine Virassamy. Une trajectoire impressionnante, qui vient avec son lot de pression et de stress. *« Nous sommes devenus des psychopathes de la performance »,* affirmait Carlos Tavares, dans une formule devenue célèbre, lors d'une interview au journal Le Monde en 2018.

L'impatient patron, lui-même adepte de sport automobile, peut se targuer d'avoir accéléré la transformation de PSA (puis Stellantis) pour l'adapter à un marché en grande mutation. Le nombre de voitures électriques fabriquées en France par le groupe passera de 6 à 12 « *à brève échéance »,* a-t-il clamé lors du dernier Salon de l'Auto. Son plan stratégique Dare Forward, dévoilé l'an dernier, prévoit de vendre 100 % de véhicules électriques en Europe et 50 % aux Etats-Unis d'ici 2030.

Autre mutation que Tavares suit de près : la concurrence de Tesla et des géants du web comme Apple, Google ou Baidu. Stellantis met le paquet sur la voiture connectée, quitte à collaborer avec Amazon, Foxconn ou Qualcomm. Stellantis a embauché 1.500 ingénieurs tech. Il vise à générer 20 milliards d'euros de ventes en 2030 grâce aux logiciels, qui seront distribués aux clients mais aussi aux concurrents.

Chasse aux coûts partout

Les bons résultats du nouveau champion se sont traduits en monnaie sonnante et trébuchante. *« Cette année, la participation et l'intéressement ont atteint 4 300 euros brut en moyenne pour les collaborateurs français »,* indique Christine Virassamy. En incluant les augmentations de salaire, la rémunération moyenne s'est élevée de 7 % l'an dernier. Malgré cela, les salariés ont un avis mitigé sur leur patron charismatique qui resserre les boulons sans relâche.

« Il a inculqué une culture de la gagne qui commence à poser problème. Les sous-chefs sont plus royalistes que le roi, ils poussent toujours plus loin la chasse aux coûts », déplore Eric Peultier de FO.

L'obsession de la réduction des dépenses va très loin. *« Je me souviens d'un événement organisé par Stellantis en Italie. Les dirigeants se sont rendus sur place avec easyJet plutôt qu'Air France. Résultat, ils ont décollé à 6h plutôt que 8h, et sont rentrés à 21h au lieu de 20h. Beaucoup de fatigue pour économiser 150 euros… »,* relate l'analyste financier précité.

Autre motif de mécontentement : le rachat d'Opel, puis le mariage avec FCA, ont dû être digérés à toute vitesse. Ces opérations ont entraîné des changements d'outils, de méthodes et de hiérarchie qui ont perturbé les équipes. Le sentiment d'appartenance décline, même dans les usines historiques.

« *Il y a eu un tel brassage de directeurs que les salariés perdent l'appartenance à la marque. Avant à Sochaux, on disait avoir 'un lion à la place du cœur'. Ce n'est plus vrai », pointe Eric Peultier. D'après un sondage mené l'an dernier auprès des salariés, à peine la moitié se déclarent motivés. Or la direction n'accepte aucun relâchement. « Il y a une pression permanente au départ. La porte est toujours ouverte »*, observe Philippe Houchois.

De fait, le règne de Carlos Tavares n'a pas enrayé le déclin du nombre de salariés chez PSA (devenu Stellantis), loin de là. En France, ils sont passés de 57 800 à 40 700 entre 2014 et 2021 sur le périmètre PSA Automobiles, qui couvre la conception et la fabrication de véhicules. *« Les voitures à forte valeur ajoutée sont fabriquées en France, les autres à l'étranger »,* indique Eric Peultier. Et encore, ce n'est pas totalement vrai… La DS9 sortie cette année, qui est vendue plus de 50.000 euros, est assemblée en Chine. *« En 2019, juste avant le Covid, nous produisions 1,2 million de voitures dans l'hexagone. Nous prévoyons seulement 800.000 unités cette année »*, fustige Christine Virassamy. Le groupe a encore lancé l'année dernière un plan de 2.600 départs volontaires sur deux ans.

La chute des emplois s'explique aussi par un recours accru à la sous-traitance.

« L'informatique a été déléguée aux sociétés Capgemini et Proservia, le roulage et le banc d'essai à Segula, la sécurité à Securitas », énumère la syndicaliste. Ces entreprises ont une convention collective moins protectrice, ce qui rend ces fonctions moins coûteuses à Stellantis.

La méthode Tavares est encore plus éprouvante pour les fournisseurs, dont les composants représentent deux tiers du prix d'un véhicule. « *Les achats chez FCA étaient loin d'être optimaux. Le pilotage est devenu beaucoup plus serré depuis deux ans* », relève Philippe Houchois. Au lendemain de la fusion, les ex-PSA et FCA ont dû passer en revue leurs contrats et demander aux fournisseurs de s'aligner sur le prix le plus bas.

« *Nous entretenons des relations très désagréables avec Stellantis. C'est le client avec lequel nous nous entendons le moins* », confie Jean-Pierre Moret, le patron de la société Technitube, près de Belfort.

L'équipementier déplore des délais serrés et une mise en concurrence permanente. Les achats n'y vont pas par quatre chemins. « *On nous dit : le Turc est 40 % moins cher que vous. Donc soit vous faites 40 % de remise, soit on change de fournisseur* ». A contrario, les interlocuteurs chez Renault et les autres constructeurs seraient plus ouverts à la discussion.

Il y a un an, au cœur de la crise des semi-conducteurs, le comité informel de liaison des industries fournisseurs de l'automobile (Clifa) critiquait le manque de solidarité des constructeurs et pointait du doigt Stellantis qui

Des fournisseurs sont contraints de délocaliser pour s'aligner sur les seules exigences du constructeur. Le fabricant tricolore de planches de bord SMRC a ainsi dû déplacer une partie de son activité en Pologne pour rester compétitif.

« *C'est le jeu de la mondialisation. Tavares l'applique juste de manière un peu plus extrême que les autres* », estime Philippe Houchois.

Cela se retourne parfois contre Stellantis, qui doit faire face au mécontentement de ses fournisseurs. En février, par exemple, une grève a mis à l'arrêt l'équipementier MA France à Aulnay-sous-Bois.

La mise sous tension ne concerne pas seulement salariés, managers et fournisseurs, mais aussi les pouvoirs publics dans les territoires où est implanté Stellantis. « *Tavares quémande de l'argent public contre l'attribution d'un projet sur tel site plutôt que tel autre. Il fait du chantage à l'emploi* », pointe Christine Virassamy. Encore une entreprise accro à l'argent public.

Place aux doutes

La chasse aux coûts n'est pas près de s'achever. Carlos Tavares veut baisser de 40 % le prix des véhicules électriques pour rivaliser avec les acteurs low cost et tenir le rythme de Tesla. Le trublion Elon Musk compte en effet diviser par deux le coût de production de ses voitures grâce à des gains de productivité. Or les ressources de Stellantis pourraient s'approcher du point de rupture.

« *On nous demande des efforts constants depuis dix ans. Par leurs efforts, les salariés ont porté le redressement du groupe, mais ils ne se sentent pas reconnus. Les conditions de travail se dégradent, les burn outs et l'absentéisme augmentent. Il y a beaucoup d'amertume chez les collaborateurs* », affirme Christine Virassamy.

La syndicaliste appelle la direction à embaucher et à investir dans des robots plus récents. Les fabricants européens de pièces détachées s'inquiètent également. Les plus gros comme Faurecia rachètent des équipementiers spécialisés dans l'électrique, mais les petits fournisseurs ne peuvent pas faire de même. Or beaucoup sont spécialisés dans les moteurs thermiques ou les pots d'échappement.

Jusqu'à quand la méthode Tavares pourra-t-elle fonctionner ? Les salariés ne sont pas seuls à douter. Les marchés financiers également. Depuis la fusion, Stellantis a largement dépassé les prévisions des analystes. Pourtant, les analystes ont du mal à croire que de tels résultats soient pérennes. L'action est certes passée de 12 à 16 euros depuis la fusion, mais ne décolle pas vraiment.

Le ratio entre le cours de Bourse et le bénéfice par action, qui s'élève à 2,5 environ, est bien inférieur aux concurrents. Les financiers savent que dans l'automobile, le destin d'un industriel peut rapidement tourner. Renault et Nissan sont là pour en témoigner.

DEMOGRAFIA

1- A Crise e a Demografia

A crise pandémica de 2020, inesperada e brutal, com consequências nunca antes vistas a nível económico e laboral, tornou gritantemente evidentes os factos demográficos de que se vinha falando há anos:

- temos uma população envelhecida e temos, para além disso, um número elevado, e crescente, de *"muito idosos"* (definição estatística para aqueles que têm mais de 80 anos), em situação de dependência, e frequentemente isolados, pertencentes a agregados unifamiliares ou de duas pessoas coetâneas.

Facto absolutamente estruturante do futuro da nossa sociedade e da mudança social, é o novo paradigma demográfico com que nos confrontamos, quer a nível nacional quer planetário.

2- Considerações sobre Estrutura e Projecções Demográficas

Em Portugal, desde finais da década de 1960, com o primeiro impacto da Guerra Colonial e do surto emigratório para a Europa, seguido pelo gradual estabelecimento do novo papel social da mulher, consolidado com o 25 de Abril, assistimos a uma contínua e consistente redução da fertilidade/ fecundidade. De 95,7 nados vivos por 1000 mulheres em 1961, passou-se para 37,9 por 1000 em 2019, - um dos valores mais baixos do mundo, (ainda que em aumento, quase insignificante, em relação ao valor mínimo 33,94 em 2013).

A subida acentuada da esperança média de vida no mesmo período, que em 2018 era de 81,6 anos para Portugal, acima, já, dos 81,0 do total da UE, levou-nos a ter agora um dos índices de envelhecimento mais elevados do mundo (161,3 pessoas de mais de 65 anos para cada 100 até aos 14).

Com o crescimento natural actual, e pressupondo saldos migratórios constantes, o futuro é de redução da população e envelhecimento continuado.

Em 2060 teremos 8,6 milhões de habitantes (face a 10,3 em 2020), mas 306 idosos para 100 jovens.

Temos agora, em 2020, mais de 660,000 pessoas acima dos 80 anos e cerca de 4000 acima dos 100, números que continuarão em crescimento até cerca de 2060, apesar do decréscimo da população total.

Citamos estes dados,(todos da Eurostat e do INE), porque eles têm uma importância determinante nos apelos que fazemos.

Até há alguns anos falávamos, por contraste com o que se passava em Portugal, na Europa, e no mundo dito desenvolvido, em explosão demográfica mundial.

Efectivamente, a população da Terra atingiu os 7,8 mil milhões em 2020 e chegará previsivelmente a cerca de 10,9 mil milhões no final do século XXI. A novidade, espantosa para muitos, é que, fruto do rápido decréscimo das taxas de fertilidade em quase todo o planeta, possibilitado, em grande medida pela sociedade em rede global, e reproduzindo o mesmo fenómeno que referimos, acima, em Portugal e na Europa, a população total da Terra já não estará crescendo no final do século.

A Ásia, grande contribuinte recente da dita explosão demográfica está já com níveis muito baixos de crescimento e entrará brevemente em contração populacional. O mesmo se verifica na América, nomeadamente na América Latina. Só a África continua com aumentos exponenciais (dois terços do crescimento total até 2050) e chegará a 40% da população do globo em 2100, quando hoje tem apenas 13%.

Os grandes contingentes de população jovem estarão, nesta fase, quase exclusivamente nos países menos ricos da Ásia, da América Latina e, crescentemente, da África.

Carta aberta à historiadora M.ª Inácia Rezola

O PREC e o 25 de Novembro de 1975

"(…) A minha opinião é que não havia possibilidade de guerra civil, por vários motivos.

"(…) No 25 de Novembro, tendo Costa Gomes como Presidente da República e Chefe do EMGFA, a guerra civil não iria acontecer. Ele tinha força, prestígio e era suficientemente considerado para conseguir evitar essa guerra civil. (…)"

- Prof.ª M.ª Inácia Rezola, in Diário de Notícias, de 25-11-2021

"(…) A guerra civil esteve por um fio. Circunstâncias diversas a terão evitado. Importante é considerar, neste ponto, a inteira disponibilidade operacional das três Regiões Militares (Norte, Centro e Sul e das principais unidades da Região Militar de Lisboa (é justo mencionar entre estas, a dos Comandos, a EPI, a EPC e o CIACC).

Importante é, também, sublinhar o patriotismo e a capacidade de comando do (então) Coronel Jaime Neves, que soube travar, em circunstâncias dificílimas, o ímpeto combativo dos seus homens (depois ter sofrido a morte de dois graduados- um tenente e um furriel mil.º) de modo a minimizar as perdas humanas na Calçada da Ajuda. (…)"

- General Ramalho Eanes, in posfácio de *"25 de Novembro 1975; Os ´Comandos` e o Combate pela Liberdade"/2005*

de Manuel A. Bernardo, F. Proença Garcia e Rui D. Fonseca.

As afirmações do General Ramalho Eanes, figura que devia ter sido considerada como um dos protagonistas do PREC e do 25 de Novembro e que foi omitido por Inácia Rezola, na relação das entidades destacadas no seu artigo (ao lado de Costa Gomes, Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Mário Soares e Henrique de Barros).

Para se poder enquadrar o sucedido no pré e pós 25 de Novembro, recorde-se o que Ramalho Eanes - sendo o líder do designado *"Grupo Militar"* no planeamento das operações a desencadear no PREC, (se necessário) e o coordenador operacional a partir do posto de comando do Regimento da Amadora (onde eu também me encontrava) – continuou a destacar no texto, acima indicado:

"(…) A preocupação constante pela limitação das acções militares ao mínimo necessário, para evitar uma escalada de violência entre camaradas de armas e o risco do seu alastramento à Sociedade Civil – já polarizada em discursos políticos extremados e incompatíveis – não terá sido sentida apenas do nosso lado. Penso que o rigor histórico prestará essa justiça a alguns que naquele dia alinharam pelo lado do golpe, mas depois recuaram, perante a enormidade dos custos humanos previsíveis. E continuo persuadido, por exemplo, de que Otelo Saraiva de Carvalho não mobilizou contra nós as forças de que podia dispor – e não por indecisão da sua parte, como algumas leituras posteriores pretenderam *-, mas porque, na hora da verdade, teve consciência do que isso significava para o País."*

Continuando a lembrar as omissões de Inácia Rezola…

No estado de indisciplina geral em que se encontravam a generalidade das unidades militares, seria necessário conseguir tropas devidamente comandadas e prontas a intervir em situações de risco e de incerteza.

Assim o Partido Comunista, de Álvaro Cunhal, sabendo ter em Jaime Neves alguém que lhe iria dificultar os seus projectos de hegemonia no meio militar, decidiu apoiar um golpe no Regimento de Comandos, com vista a retirar este oficial do seu comando. Transcreve-se do *"Pulsar da Revolução"/1997*, de Boaventura Sousa Santos, M.ª Manuela Cruzeiro e M.ª Natércia Coimbra:

"31 de Julho (1975)

"(…) *Oficiais (um capitão e alguns subalternos) e praças do Regimento de Comandos da Amadora insubordinam-se (com o apoio da delegação do PCP da Amadora) contra o seu Comandante, Coronel Jaime Neves e prendem o 2.º Comandante, Major Lobato Faria, entre outros militares e elegem como comandante interino o Major Miquelina Simões. Em comunicado, o COPCON sanciona o saneamento de Jaime Neves.*"(…)

"04 de Agosto (1975)

(…) Plenário da Unidade no Regimento de Comandos. Preside Otelo Saraiva de Carvalho que repõe a autoridade de Jaime Neves, faz uma "autocrítica revolucionária" e anula o comunicado anterior do COPCON."

Salienta-se que, três dias depois, nove membros do Conselho da Revolução entregam ao PR, General Costa Gomes, um documento que recusa quer as vias totalitárias, quer as sociais democratas (…). Aparece assim o designado *"Grupo dos Nove",* que será subscrito pela generalidade dos oficiais moderados.

Mais uma omissão de Inácia Rezola…

Recorde-se ainda que o Regimento de Comandos viria a ser reforçado com duas companhias de "comandos", vindos da Guerra do Ultramar e que se encontravam na situação de disponibilidade. Tal facto, além de Rezola, será igualmente omitido na cronologia de Boaventura Sousa Santos, atrás referida. Mas outro historiador, Prof. Rui de Azevedo Teixeira, salienta o seguinte, na biografia que fez sobre Jaime Neves:

"(…) A 8 de Outubro é publicado o Decreto-Lei 577-A/75, assinado por Pinheiro de Azevedo (tinha tomado posse de PM no mês anterior), que autoriza o Regimento de Comandos a integrar veteranos, *«gente à guerra usada»*. Entram duas companhias e ficam duas de reserva. Neves, com o *«papel»* nas mãos, entra no Regimento e, com uma felicidade feroz, atira para o grande amigo e admirador Manuel Bernardo, o oficial não *"comando"*, que dedicará parte dos seus escritos historiográficos ao Tigre (Jaime Neves):

"- A partir de agora estão lixados comigo!

*"O Regimento de Comandos fortalecido com o «papel» e os «comandos velhos», torna-se, ostensivamente, o martelo de bigorna que passa a ser da pequena esquerda, a esquerda para a qual a realidade está sempre errada. Realidade, aliás, que, nesta altura de mudança do paradigma da História de Portugal, também não está conforme para a direita de valores, para a direita de Alpoim Calvão. O Regimento de Comandos da Amadora concentra o «odium» da esquerda totalitária, do desbragado MRPP em especial. Jaime Neves torna-se "**O Abominável Homem Neves".** Entretanto, os mais de trezentos velhos comandos convocados formam duas companhias, que ficam sob o comando de Sousa Gonçalves, da 2.ª CCMDS (de J. Neves), e de Sampaio de Faria, alferes da 3.ª CCMDS do capitão Alves Cardoso. (…)"*

E poder-se-á afirmar ter sido o Regimento de Comandos, reforçado com estas companhias, que conseguiu enfrentar os para-quedistas revoltados e, depois, as restantes forças do Exército e da Marinha, esta com mais de uma dezena de companhias de fuzileiros navais, que não chegaram a sair dos seus quartéis. Também não se deve esquecer o apoio que viria a surgir, depois, com outras companhias destacadas pela Região Militar do Norte, do Brigadeiro Pires Veloso.

A terminar quero destacar alguma poesia dos coronéis, José Caniné e Miguel Pinto, sobre o 25 de Novembro de 1975.

De boca cheia de Abril
Andam sempre os mesmos mil
Erguendo alto a sua voz;
Mas aos mais jovens eu lembro,
Que se não fosse o Novembro,
Ai do Abril… e ai de nós!

José Caniné, in "Inquietando"/2000.

Por fim, para a justiça brilhar, embora seja tarde
A Pátria lusa na soberania iluminada por mil sóis
Está em dívida que se deve e ainda arde
Na sua alma, para não ser ingrata nem cobarde,
De uma estátua grandiosa aos Comandos – os seus heróis.

Miguel Pinto, in "Caminho para o 25 de Novembro"/2021

.

Manuel Bernardo (Cor. Ref.) – Dezembro de2021Opinião

Nucleo das Conferências da Cooperativa Militar

Assunto: Conferência de 16 de Junho de 2015

Núcleo Impulsionador das Conferências da Cooperativa Militar (NICCM), em colaboração com a Ordem dos Engenheiros, a Associação 25 de Abril,a PASC (Plataforma de Associações da Sociedade Civil) e a Fundação Calouste Gulbenkian irá realizar no próximo dia 16 de Junho na Gulbenkian, pelas 9h30m, uma 2ª Conferência, consistindo no desenvolvimento do projecto de investigação e acção " *Portugal no 1ºQuartel do Século XXI – Estratégias Rumo ao Futuro",* onde estarão em análise temas como: a situação política, económica, militar e social a sociedade portuguesa nos últimos 15 anos do século XXI. O objectivo do projeto assenta no conhecimento profundo de Portugal como condição de prosperidade e justiça social.

O NICCM pretende que o debate de ideias contribua para uma compreensão e análise sólida do passado recente. Ao mesmo tempo, lança o desafio no sentido de serem dadas respostas a algumas questões sobre: Que sociedade queremos e necessitamos para o futuro traçando as linhas fundamentais de uma estratégia para 2025.

- Que sistema político Nacional se prevê desejável nos próximos anos?
- Que posição ou posições deverá Portugal assumir no quadro da política externa?
- Que estratégias globais e nacionais poderão ser levadas a cabo no que diz respeito à saúde, educação, justiça entre outras?
- Que alterações se justificam no sistema de funcionamento da justiça?
- Que futuro se avizinha no quadro do Sistema Laboral?
- Quais as perspetivas face aos sectores de actividade como a indústria, as pescas, a agricultura, o turismo, a energia e os transportes? Irá presidir ao evento o Exmo. Senhor General Loureiro dos Santos.

Participarão como moderadores e conferencistas figuras bem conhecidas da esfera política, económica, militar e social que contribuirão, com toda a certeza, para um melhor conhecimento sobre a sociedade portuguesa nas diversas áreas em debate. Convidamos e agradecemos a sua presença em tão importante evento e se possível, sua divulgação.

NICCM

NDR- Quais terão sido as conclusões a que chegaram os conferencistas?

Como as desconheço e confio plenamente em Sua Excª. o Senhor General Loureiro dos Santos, espero deste modo obter resposta de algum dos presentes, para poder dar a conhecer ao grande público.

Os temas são sempre importantes, de grande interesse para o país e seus cidadãos.

Nunca será demais debater-se perspectivas de futuro para um país endividado como o nosso.

Que pretende a sociedade portuguesa?
Praia, Sol e boas imagens a colher nos sítios turísticos?

O que fazer com o recalcado sistema jurídico?

E a juventude? Como torná-los elementos úteis à sociedade?

Estas são algumas das questões que terão sido debatidas e das quais gostaríamos de obter respostas do ilustre corpo de conferencistas neste já, um pouco longínquo ano de 2015.

Recordando o Dia Mundial da Língua Portuguesa

Poemas de Fernando Pessoa

Tudo quanto penso

Tudo quanto penso,
Tudo quanto sou
É um deserto imenso
Onde nem eu estou.

Extensão parada
Sem nada a estar ali,
Areia peneirada
Vou dar-lhe a ferroada
Da vida que vivi.

Quinto Império

Vibra, clarim,cuja voz diz
Que outrora ergueste o grito real
Por D.João, Mestre de Aviz,
E Portugal!

Vibra, grita aquele hausto fundo
Com que impeliste, como um remo,
Em El-Rei D. João Segundo
O Império extremo!

Vibra, sem lei ou com lei,
Como aclamaste outrora em vão
O morto que hoje é vivo — El-Rei
D. Sebastião!

Vibra chamando, e aqui convoca
O inteiro exército fadado
Cuja extensão os pólos toca
Do mundo dado!

Aquele exército que é feito
Do quanto em Portugal é o mundo
E enche este mundo vasto e estreito
De ser profundo!

Para a obra que há que prometer
Ao nosso esforço alado em si,
Convoco todos sem saber
(É a Hora) aqui!

Os que, soldados de alta glória,
Deram batalhas com um nome,
E de cuja alma a voz da história
Tem sede e fome!

E os que, pequenos e mesquinhos,
No ver e crer da externa sorte,
Convoco todos sem saber
Com vida e morte!

NDR: este poema sobre o **Quinto Império** está incompleto. É longo. Poderemos fornecer o poema completo a quem o desejar.

UNIVERSIDADE DE LISBOA

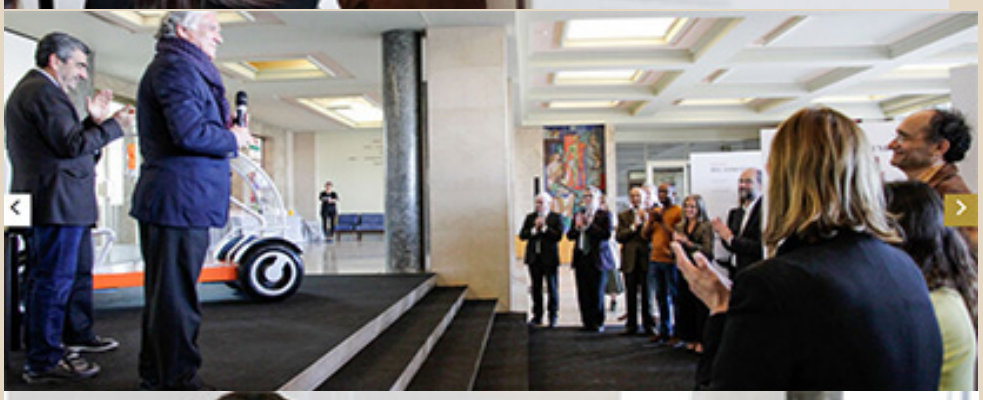
"A colaboração saudável entre o tecido empresarial e a Universidade é uma das melhores formas de construir uma formação sólida"

No âmbito das comemorações dos 10 anos da ULisboa, foi inaugurada a 13 de Abril, a exposição "Ensinar com a Indústria – Um percurso do projecto ao design de produto", de Paulo Parra, na Reitoria da Universidade de Lisboa.

A inauguração contou com a presença do Curador e Professor da Faculdade de Belas Artes, Paulo Parra, do Reitor da Universidade de Lisboa, Luís Ferreira, e do Comissário para as Comemorações dos 10 anos da ULisboa, José Manuel Simões.

Esta exposição centra-se no desenvolvimento e na demonstração das parcerias que foram estabelecidas ao longo dos últimos 15 anos com o tecido industrial português.

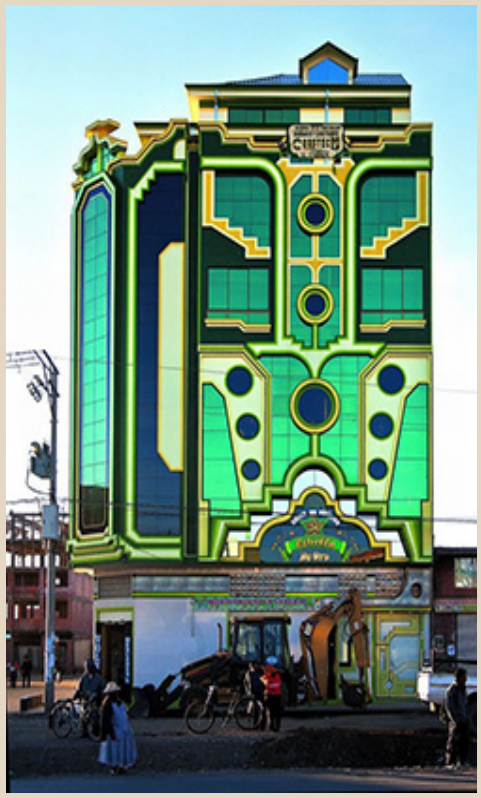
O Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Luís Ferreira, abriu o certame com um agradecimento especial a Paulo Parra e a todos os estudantes *"que ao longo dos últimos anos têm trabalhado numa arte muito aplicada e ligada à indústria".* Reforçou ainda que *"é interessante ver a forma como são pensados os objectos que usamos diariamente. A verdade é que alguém os idealizou, projectou e crio*u."



O Comissário para as Comemorações dos 10 anos da ULisboa, José Manuel Simões, também aproveitou o momento para agradecer a Paulo Parra a proposta que apresentou. *"Esta iniciativa, de facto, faz jus à própria fusão. Nós estamos aqui a conhecer aquilo que é o esforço de um curso, dos próprios alunos e das parcerias que existem com o tecido empresarial. Naturalmente, isto tem muito a ver com aquilo que é a Universidade de Lisboa".*

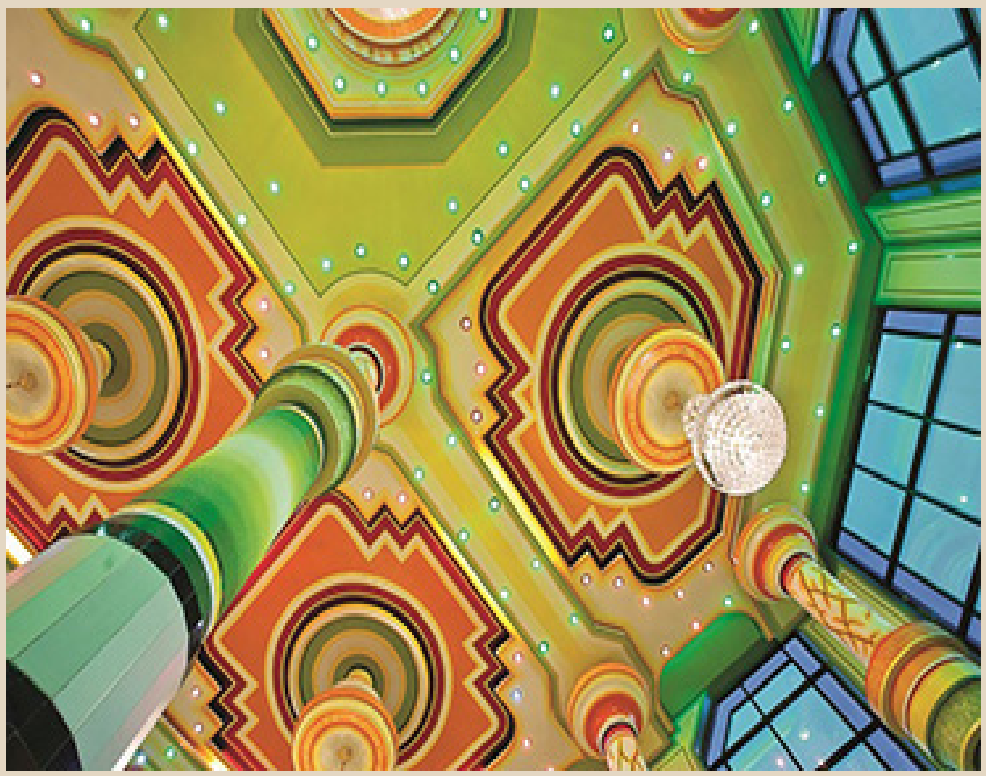
Paulo Parra, sempre sorridente, agradeceu aos alunos *"que agora são meus colegas"* e reforçou que "*em Design de Produto e Serviços trabalha-se activamente em parceria com empresas portuguesas. Estas parcerias são uma mais-valia estrutural na formação dos estudantes e na construção de uma experiência em contacto com o meio profissional de vital importância para a consolidação da formação nesta área."*

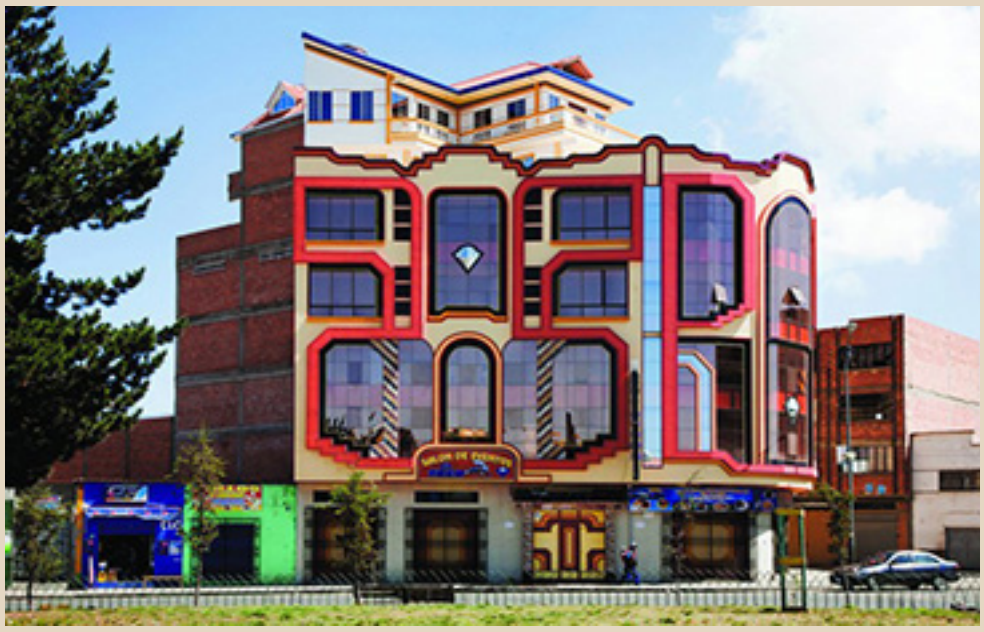
A exposição "*Ensinar com a Indústria – Um percurso do projecto ao design de produto"* estará patente na Reitoria da Universidade de Lisboa até o dia 2 de Junho.



Arquitectura Andina

Particular
Comercial
Interior/Exterior





Alternatives Économiques

LA QUESTION

La sortie du nucléaire en Allemagne nuit-elle au climat ?

Le mix électrique allemand reste très carboné mais le déploiement des énergies renouvelables a permis à la fois de sortir du nucléaire et de diminuer le recours aux énergies fossile. La sortie du nucléaire n'a donc pas augmenté les émissions de CO2.Toutefois, si d'autres priorités avaient été privilégiées, les émissions auraient sûrement davantage diminué.

Par Justin Delépine

Contre-exemple de la transition énergétique avec ses mines de lignite à ciel ouvert ou égérie des renouvelables avec ses dizaines de milliers d'éoliennes ? L'Allemagne et ses choix énergétiques ne manquent jamais d'alimenter les débats en France.

Forcément, lorsque les trois derniers réacteurs nucléaires que comptait le pays ont été débranchés le 15 avril dernier, critiques et louanges ont été ravivés de ce côté-ci du Rhin. La décision allemande de sortir définitivement du nucléaire se fait-elle au détriment de la lutte contre le réchauffement climatique et entraîne-t-elle une augmentation des émissions de CO2 ?

Rappelons tout d'abord que ce choix est ancien. Il ne date pas de l'ère Merkel au lendemain de l'accident de Fukushima mais d'une vaste loi de transition énergétique adoptée en 2000 sous Gerhard Schroeder. Ensuite, les réacteurs n'ont jamais eu en Allemagne la place qu'ils ont occupée dans l'Hexagone. Loin d'atteindre 75 % du mix électrique, comme c'était le cas récemment en France, le nucléaire ne pesait que 25 % du mix électrique allemand en 2010. Une proportion qui est tombée à 13-15 % à partir de 2015 puis à 6 % en 2022.

Les renouvelables remplacent le nucléaire et le charbon

Il est donc utile d'observer sur le temps long de quelle manière ces centrales nucléaires ont été remplacées. Or, contrairement à ce qui a été trop répété, ce n'est pas par le charbon mais par les énergies renouvelables que ce changement s'est opéré.

Entre 2010 et 2022, la production d'électricité d'origine renouvelable a été multipliée par près de 2,5, compensant entièrement la réduction de celle issue du nucléaire. Quant aux électrons sortis des centrales à charbon, ils ont diminué d'un tiers. Ce sont les renouvelables qui ont remplacé les réacteurs fermés et permis une réduction du charbon.

Les renouvelables ont remplacé les fossiles et le nucléaire

Evolution du mix électrique allemand, en %
renouvelable.svg

Source : Fraunhofer
Facebook Twitter

La critique qui peut néanmoins être formulée à l'Allemagne est d'avoir privilégié la fin du nucléaire à celle du charbon.

« L'intensité carbone du mix électrique allemand décroît, la tendance est claire mais mécaniquement si l'Allemagne avait décidé de privilégier la sortie du charbon à celle du nucléaire, la décrue aurait été plus forte », résume Andreas Rüdinger, économiste à l'Institut du développement durable et des relations internationales (Iddri).

Le nucléaire est en effet une technologie qui n'émet pas de CO2 pour produire de l'électricité contrairement au charbon qui est l'une des pires énergies pour le climat. En résumé, la sortie du nucléaire n'a donc pas augmenté les émissions de CO2. Pour autant, si d'autres priorités avaient été privilégiées, les émissions auraient sûrement davantage diminué.

La sortie du nucléaire n'a pas augmenté les émissions de CO2, mais si d'autres priorités avaient été choisies, les émissions auraient sûrement davantage diminué.

La fermeture des trois dernières centrales nucléaires du pays ne va donc pas bousculer le réseau électrique allemand, puisque, d'une part, le nucléaire ne représentait plus que 6 % du mix, et, d'autre part, car les renouvelables continuent d'être déployés à un rythme soutenu et devraient donc venir remplacer l'atome.

Pour sortir du gaz russe, Berlin a misé sur le charbon allemand

Comment expliquer alors que la production d'électricité à partir de charbon soit repartie à la hausse en 2022 ? Pour répondre à cette question, il faut revenir sur le rôle des centrales pilotables dans le réseau électrique pour faire face à l'intermittence du solaire ou de l'éolien. En effet, un système électrique impose que la production doive à chaque instant être égale à la consommation, et le caractère intermittent de la disponibilité en vent et en soleil rend cet équilibre plus complexe.

Afin d'y répondre, la stratégie de l'Allemagne est de s'appuyer sur les centrales à gaz, qui sont pilotables et peuvent s'activer à n'importe quel moment en fonction des besoins d'équilibre du réseau. Le gaz est une énergie fossile, avec certes un bilan carbone moins élevé que celui du charbon mais loin d'être nul.

La transition énergétique allemande ambitionne de construire davantage de centrales à gaz pour avoir davantage de capacité pilotable. Il faut cependant distinguer le nombre de centrales à gaz, c'est-à-dire la puissance installée, et la production effective de celles-ci, qui déterminera la quantité de carburant consommée. Les deux n'étant pas corrélées.

« Les nouvelles centrales à gaz sont un moyen de crédibiliser la sortie du charbon, explique Andreas Rüdinger, l'objectif est que celles-ci soient utilisées en soutien lors des pics de consommation. Les prévisions de facteur de charge [proportion du temps où la centrale fonctionne, NDLR], sont de l'ordre de 15 % en 2035, c'est très faible. »

Pour le dire simplement, l'Allemagne comptera certes davantage de centrales à gaz, mais celles-ci tourneront très peu, uniquement aux moments où la consommation est à sa pointe pour équilibrer le réseau. Le pays peut espérer ainsi une réduction de la consommation de cette énergie fossile, qui serait d'autant plus forte voire complète si une part plus élevée et croissante de biogaz la remplace.

Mais la guerre en Ukraine est venue complexifier cette stratégie, Berlin étant au début du conflit très dépendant de la Russie pour sa livraison en gaz. D'une part, les tensions sur la ressource étaient très vives avec une concurrence des autres secteurs consommateurs de gaz dans le pays réduisant la quantité disponible de ce carburant pour la production électrique.

D'autre part, la flambée du prix de cette énergie a rendu plus compétitives

J Y M ARCHITECTURE
Services & Plans D'Architecture
Résidentiel • Rénovation • Commercial • Multiplex
Jean-Yves Mesquita T.P.
Technologue en Architecture
Cel. 514.972-9985 • @:info@jymarchitecture.com • www.jymarchitecture.com
ORDRE DES TECHNOLOGUES PROFESSIONNELS DU QUÉBEC

A Mayotte, une opération de déportation sans précédent

par Claire Rodier

Juriste au Groupe d'information et de soutien des immigrés (Gisti)

Le lancement à Mayotte d'une triple opération coup de poing contre l'habitat insalubre, les étrangers en situation irrégulière et la délinquance aurait dû coïncider avec l'examen du projet de loi sur l'immigration et l'asile à l'Assemblée nationale, une façon pour le ministre de l'Intérieur, Gérald Darmanin, d'afficher sa fermeté tous azimuts.

Les ratés de la réforme des retraites en ont décidé autrement. Mais, si le projet de loi est différé, l'opération « Wuambushu », à ce jour non officiellement annoncée, devrait être maintenue – sauf si le président de l'Union des Comores, dont le mandat s'achève en 2024 et qui a besoin de soutiens pour sa réélection, perturbe les plans de la France lui mettant des bâtons dans les roues.

Car les nombreux Comoriens « clandestins » qui vivent à Mayotte – cette petite île de l'océan Indien souvent appelée le « 101e département français » –, considérés comme les fauteurs de troubles, sont la principale cible. Interpellé par des élus insulaires à propos d'une série d'affrontements violents qui ont enflammé l'île au mois de novembre 2022, Emmanuel Macron s'était voulu rassurant : « Nous allons maintenant lancer un travail beaucoup plus vigoureux avec les Comores pour stopper les départs » de migrants.

« Etrangers de l'intérieur »

Ces ressortissants comoriens sont devenus des « étrangers de l'intérieur » depuis que Mayotte, qui fait partie de l'archipel des Comores, a décidé son rattachement à la France en 1974, à l'issue d'un référendum. Celui-ci est contesté par l'Assemblée générale des Nations unies qui a réaffirmé à plusieurs reprises « la nécessité de respecter l'unité et l'intégrité territoriale de l'archipel des Comores », incluant Mayotte.

Mais, depuis 1995, le « vi*sa Balladur »* imposé aux Comoriens est venu créer une frontière juridique dans l'espace de mobilité traditionnel qui caractérisait cet archipel : si les circulations, désormais criminalisées, n'ont jamais cessé, il existe désormais une ligne de fracture entre les Mahorais et les étrangers comoriens qui partagent pourtant la même base linguistique, la même culture et la même religion.

Cela entraîne des drames à répétition comme la séparation de familles pour lesquelles le critère national est secondaire, un racisme croissant des autochtones à l'égard des « intrus » et des milliers de morts noyés dans le bras de mer de 70 kilomètres qui relie Mayotte à l'île comorienne voisine d'Anjouan.

Cette fracture ne profite ni aux uns ni aux autres, dans une zone de l'océan Indien caractérisée par l'instabilité et le sous-développement. A Mayotte, où près de 80 % de la population vit sous le seuil de pauvreté, il existe, selon le Défenseur des droits, « un écart immense entre les droits consacrés – droit à l'éducation, à la sûreté, à la santé, à vivre dans des conditions décentes – et ceux effectivement exercés ». Au lieu de lutter contre ce décalage, le gouvernement, une fois de plus, choisit la manière forte. Prévue pour la fin avril, l'opération « Wuambushu » devrait durer deux mois, et il y a mis les moyens.

Mayotte compte déjà à demeure, pour 300 000 habitants, 1 300 policiers et gendarmes, cinq unités d'élite de gendarmes mobiles, 37 gendarmes du GIGN et 12 policiers du Raid : « C'est-à-dire que pour une population sept fois moins nombreuse que la région lyonnaise, il y a deux fois plus de policiers et de gendarmes », se félicitait le ministre de l'Intérieur lors d'un déplacement fin 2022.

Il a annoncé, dans le même temps, la création d'une unité de police judiciaire contre l'immigration illégale. Au début de l'année, les hôteliers de l'île étaient invités à bloquer des centaines de places à partir du mois d'avril en vue d'accueillir du renfort de métropole, cinq escadrons de gendarmerie mobile supplémentaires étant attendus. Début avril, des navires militaires ont débarqué une flotte de véhicules blindés mobilisés pour « *Wuambushu »*

Chasse aux sans-papiers

Dès le mois de février, des magistrats ont été dépêchés pour renforcer le tribunal de Mamoudzou (chef-lieu du département), en sous-effectif chronique. Mais la pérennité de ce soutien n'est pas assurée au-delà du mois d'août 2023, comme le fait remarquer le syndicat de la magistrature, qui dénonce l'instrumentalisation de la justice « *au service d'une politique pénale du tout-répressif et expéditive, dans une ambiance de chasse aux sans-papiers et de potentielles émeutes ».*

Car du déploiement massif de forces de l'ordre est escompté un grand nombre d'interpellations et de poursuites qui mobiliseront l'activité du tribunal, au détriment, ajoute le syndicat de la magistrature, « d'enquêtes pénales plus approfondies qui permettraient de lutter plus activement contre les atteintes à la probité et d'une montée en puissance de la justice civile, seul vecteur d'accès au droit pour tous, et pourtant parent pauvre de la justice mahoraise ». La justice administrative est également réorganisée, pour faire face à l'augmentation des contentieux qui seront formés contre l'évacuation des logements insalubres et les mesures d'éloignement frappant les étrangers. Au renfort en gendarmes et en magistrats s'ajoute un appui à l'agence régionale de santé (ARS) de Mayotte. Car si des procédures dérogatoires permettent, dans l'île, de procéder plus facilement aux *« décasages » – autrement dit à la démolition des habitations occupées « sans droit ni titre »,* où sont contraints à vivre les plus démunis –, le préfet doit préalablement faire établir par l'ARS des rapports d'insalubrité sur la zone d'intervention. Pour réaliser l'objectif envisagé du démantèlement de 1 000 logements illégaux, une « *réserve sanitaire* » de 18 personnes a été mobilisée pour trois mois par un arrêté du ministre de la Santé pris en février.

Amalgame

L'amalgame entre immigration clandestine, bidonvilles et délinquance est omni-présent dans les détails connus de l'organisation de l'opération « *Wuambushu* ». Parmi les quelque 5 000 personnes concernées par le décasage, la majorité est Comorienne, dont un grand nombre en situation de séjour irrégulier. Or, si l'Etat a une obligation de relogement des occupants évincés par les opérations de démolition, il peut s'en dispenser à l'égard des sans-papiers en organisant leur expulsion du territoire.

La préfecture de Mayotte est rodée à l'exercice : en 2021, plus de 20 000 personnes ont été éloignées de Mayotte, le plus souvent vers l'île d'Anjouan – un nombre bien supérieur aux 14 000 étrangers reconduits à la frontière depuis l'ensemble de la France métropolitaine à la même période.

Il faut dire que le droit dérogatoire appliqué aux étrangers sur ce territoire permet, dans tous les domaines, des procédures expéditives, sans compter « les pouvoirs exorbitants du droit commun confiés aux forces de l'ordre, qui permettent de réaliser de multiples contrôles aux fins d'interpellation », comme le relève un rapport de la Commission consultative des droits de l'homme (CNCDH) de 2017.

Mais cette fois-ci, c'est bien une véritable déportation qui s'organise, puisqu'on parle de 400 expulsions quotidiennes, soit 24 000 en deux mois. Pour la préparer, deux centres de rétention (où sont détenus les étrangers en instance d'éloignement) ont été spécialement créés, et le renfort d'unités antiémeutes spécialement affectées au centre pénitentiaire de Mayotte est prévu. En assurant les intérêts géopolitiques de la France au prix d'une politique fondée sur la répression, la violence et l'injustice, ce gouvernement, comme ceux qui l'ont précédé, ne peut qu'exacerber la violence et les désordres qu'il prétend combattre.

La sortie du núclear...

centrales à charbon vis-à-vis de celles à gaz. Ce qui s'est opéré n'est donc pas une augmentation de la production d'électricité d'origine fossile, puisque la part des renouvelables a continué à croître, mais plutôt un rééquilibrage entre les différentes énergies fossiles pour la production d'électricité, au détriment de la lutte contre le réchauffement climatique.

Rythme de déploiement inédit

La retombée des cours du gaz, doublée du renforcement du marché carbone européen, qui rend le charbon moins compétitif du fait de ses émissions plus importantes, pourrait cependant inverser cette tendance.

Le défi pour l'Allemagne reste surtout de continuer à déployer à un rythme très soutenu les énergies renouvelables. Qu'il s'agisse des éoliennes, terrestres et en mer, des panneaux photovoltaïques ou encore de la biomasse, l'ambition est d'installer en quelques années d'ici 2030 l'équivalent de ce qui a été raccordé au réseau en plus d'une décennie.

Or si cette cadence s'avère trop faible dans la réalité, l'électricité qui ne sera pas produite avec des renouvelables le sera via des fossiles. Il s'agira donc certainement du gaz étant donné que le pays a pris l'engagement de sortir du charbon en 2030.

« L'Allemagne a pour l'instant tenu ses objectifs, que ce soit pour la sortie du nucléaire, concernant la réduction des émissions de CO2 du système électrique qui a été respectée ou celui de déploiement des énergies renouvelables qui a été atteint avec plusieurs années d'avance », pointe Andreas Rüdinger.

Ce qui compte n'est pas uniquement la photo à l'instant T mais la tendance à l'œuvre. La France a un mix électrique qui émet bien moins de CO2 que l'Allemagne, mais l'Hexagone n'a pas atteint ses objectifs en matière de déploiement des énergies renouvelables.